

ADUR INFORMA

Textos

2000

Adur Informa 16

Caros Luís, Ana, Marcus e Francisco:

Vai aí, para adiantar, uma parte dos textos para o jornal 16.

Ainda estão faltando os textos sobre a GED – que estou terminando de fazer - calendários diversos e o encontro sobre jurídico (enviado pelo Marcus), que vou confeccionar.

Sobre o calendário e as atividades que foram passados pelo Luís, existe uma atividade que deixaremos para o jornal seguinte: a questão do FGTS. Atividade que aconteceu ontem e que merece, ao nosso juízo, uma matéria. Da mesma forma, um texto sobre C&T.

Devo enviar o que está faltando, dentro de uma ou duas horas, no máximo.

Grande abraço.

Fortunato Mauro

Eleição para reitor Desafios da próxima gestão

Em novembro a comunidade da UFRRJ escolherá, em processo de consulta conduzido pelas entidades Adur, Sintur e DCE, o reitor e seu respectivo programa de gestão. Em dezembro o Consur elaborará uma lista tríplice a ser enviada ao MEC e todos esperam, a exemplo dos outros anos, que os nomes apontados por professores, estudantes e técnico-administrativos componham o documento.

Na semana passada os servidores definiram, em assembléia, seus nomes na comissão responsável pela consulta. Cada segmento docente, discente e técnico-administrativo - deve indicar três nomes. Os professores não decidiram ainda pelos seus representantes oficiais, mas a Adur indicou, em caráter provisório e interno à entidade, a professora Irlete Braga para sistematizar documentações e informações dos pleitos passados para que sejam disponibilizados para a comissão da comunidade.

Comunidade na expectativa

Democracia, compromisso com a autonomia e firmeza na defesa da universidade pública são elementos e princípios que a comunidade quer ver retratados nos debates e programas. Há também aqueles que remetem à própria comunidade a responsabilidade por estas questões.

Tarcísio, técnico-administrativo da Seção de Bolsas de Alimentação, foi taxativo ao declarar que participar das eleições é, realmente, uma forma de participar da vida universitária, mas não a única: "O que resolve é a consciência de cada um no exercício de seu trabalho". Ele e uma amiga, que não quis se identificar e, como ele, se deixar fotografar, vão mais longe ao afirmar que o direito a escolha é um ganho mas, "é preciso ter direito a participação nos órgãos de decisão da universidade", concluíram.

Cristina Santana, 19 anos, está no 4º período de Veterinária e opina que a comunidade quer ouvir a opinião das chapas sobre o caráter do Governo federal e sua reforma de Educação. Ela, por exemplo, identifica nas fundações um desafio para a próxima reitoria, mas não tem dúvidas quanto a principal reivindicação: "Precisamos conquistar a participação paritária nos colegiados". Leonardo Prata, 21 anos e do 2º período de Física,

ironiza: "as eleições poderiam ser anuais. Com ela os problemas de má conservação do campus começam a ser resolvidos". Seguro de seu ponto de vista, ele e amigos de curso cobram o direito a maior participação da comunidade: "não há equilíbrio entre os segmentos nos órgãos colegiados. Queremos opinar sobre o orçamento, sobre a gestão financeira".

César Lopes é professor adjunto do Departamento de Física e está a 22 anos na UFRRJ. Para ele, a participação das entidades na condução do processo de consulta deve ser bem analisada. "Trata-se não apenas de participar, mas como participar". Ele defende a participação das entidades de "forma cooperativada e não competitiva entre si". Acredita que mais importantes que as questões ou interesses políticos, são os objetivos maiores da universidade e as entidades, ao conduzirem a consulta, devem pensar na construção de algo maior, "que engrandeça a instituição".

Lopes propõe, atento ao desenvolvimento científico e tecnológico que caracteriza as relações entre os países no mundo atual, que a UFRRJ deva adentrar num vácuo, a partir de suas vocações e especificidades, onde sejam projetadas sua produção científica e sua qualidade acadêmica, conquistando seu espaço no Brasil e demais partes do mundo. E defendeu a participação da comunidade dizendo que "é fundamental que as pessoas não sejam sugestionadas por nomes, mas pela essência de seus objetivos, de suas plataformas". Concluiu dizendo esperar que o resultado desta pesquisa possa embrionar a integração cada vez maior entre a comunidade universitária, entidades e representantes legais, na busca de um ensino, pesquisa, extensão, e administração com qualidade e eficiência.

Memória Adur

Colaboração da prof. Ana Lúcia V. de S. C. Oliveira (ICHS)

Os Estatutos da Adur foram aprovados em Assembléia Geral de fundação, em 30 de maio de 1979. As eleições para a primeira diretoria ocorreram nos dias 24, 25 e 26 de outubro de 1979. A chapa comprometia-se a lutar pela melhoria das condições de vida, trabalho e salário dos docentes, bem como estimular a vida acadêmica, no que diz respeito ao ensino, pesquisa e extensão

Numa das primeiras atividades, a entidade engajou-se na luta pela construção de uma ciclovia e pela creche. Uma comissão de Infra-estrutura levantou problemas no campus como falta de segurança, comunicação deficiente e falta de serviço médico ou hospitalar. Em abaixo-assinado dirigido ao Reitor, os professores protestavam contra as condições de vida na área residencial.

Segundo Antônio Constantino, um dos fundadores da ADUR, não houve, por parte da Reitoria, nenhuma resistência à criação da Associação. O reitor foi convidado a se filiar à associação e aceitou. Mas logo depois se desfiliou quando a ADUR assumiu a defesa do professor Walter Motta, demitido arbitrariamente.

A ADUR demorou muito para conseguir uma sede. Nos primeiros meses, funcionou na sala dos professores Jair dos Santos Leal e Antônio Constantino. Quando Ricardo Miranda foi secretário da ADUR, na gestão 81/83, o Instituto de Agronomia emprestou uma sala, onde foi colocado o arquivo.

Foi preciso muita pressão para conseguir o espaço atual. Para o professor Antônio Carlos Nogueira durante muito tempo a sede da ADUR era onde estava o presidente ou o secretário. Nas negociações com a Reitoria foi postulado um espaço atrás do Prédio Central. Das negociações participou também a Associação dos Servidores. O acordo, no

Sala 38 ?!

entanto, só foi assinado na gestão do professor Hugo Rezende, em 1988. Neste ano, durante a campanha eleitoral para a Reitoria, houve um acordo entre as duas chapas concorrentes que assumiram o compromisso de ceder o espaço para as entidades. Assim que o professor Hugo Rezende foi empossado, as negociações foram retomadas e, ao final, a cessão foi assinada.

(Foto)

Uma breve interrupção – a coluna “Memória Adur” deixará de ser veiculada por algumas semanas, em função do acúmulo de temas para o espaço limitado. Um em especial merece nossa atenção nos próximos meses: a eleição para reitor. Evento que, por dizer respeito a todos e aos destinos da UFFRJ, tem inegável importância. Provavelmente em dezembro, nossa coluna já deve estar de volta.

Cartas

Ditadura

Sempre leio com interesse as matérias publicadas pelo Adur Informa.

Considero de grande valia rever fatos do passado de nossa luta pela democratização da Universidade Rural.

O movimento que realizamos, na época, pela recondução de nosso colega Walter Motta ao seu legítimo cargo foi, realmente, um marco que consolidou nossos propósitos de tornar nossa Universidade uma instituição aberta ao diálogo, livre e democrática.

Entretanto, como um dos 83 professores que respondeu aos inquéritos administrativos da Universidade e da Polícia Federal, na Praça Mauá, estranhei que a matéria não publicasse os nomes das pessoas que baniram da Rural o professor Walter Motta, ou sejam: Arthur Orlando Lopes da Costa, reitor e Nei Queiroz, diretor do Instituto de Zootecnia, pois, nossos filhos, os filhos do professor Walter, têm o direito de saber quem eram alguns dos “senhores das arbitrariedades” na Rural, naquela época.

Aluízio Teixeira da Silva

Professor aposentado do Instituto Tecnológico da Rural

Esclarecimento da Redação

Na verdade, nomes não foram omitidos de forma proposital na reportagem do Adur Informa nº 14. Fato é que o professor Walter Motta não se referiu, em nenhum momento, a nenhum deles, em seu longo, rico e emocionante relato. O jornalista que procedeu com a reportagem, além de não buscar constranger o professor, não valorizou tal questão pelo simples motivo de respeito à sensibilidade e às razões de Walter Motta Ferreira.

Velho não tem vez, mesmo

Eu sou professor aposentado, oficialmente vagabundo por nomeação de um colega que ocupa posição de destaque no Governo Federal.

Como todo mundo sabe, sobrevivo há mais de cinco anos sem reajuste salarial, à sombra da ameaça do desconto de seguridade. Como qualquer renda extra me é bem vinda, fiquei muito entusiasmado quando li, há poucas semanas atrás, no Rural Semanal, que as inscrições para fiscal do Vestibular ainda estavam abertas, na sala 101 do PI. Peguei carteirinha funcional e contracheque e fui me candidatar. Qual surpresa! Velho não tem direito! Não aceitaram sequer minha candidatura. Até na Rural, velho é discriminado? Por que não posso ser fiscal? O que mais sei fazer é tomar conta de prova. E continuo a

pertencer aos quadros da Universidade, com a única diferença de ser inativo. Seria uma vantagem para a instituição aproveitar-me, evitando tirar um funcionário ativo de suas funções durante o evento. Ou será que sou tão bobo que não percebo haver algum jogo de interesse?

Sven Koster Mueller

Professor aposentado do Instituto Tecnológico da Rural

RELATÓRIO FINANCEIRO - JULHO/2000**RECEITAS**

1.1.1- Mensalidades dos Filiados	13.391,31
1.1.2- Unimed	79.909,29
1.1.3- Devolução Empréstimo	50,00
1.1.4- Rendimentos de Investimentos	759,65
TOTAL DAS ENTRADAS	94.110,25

DESPESAS

2.1- Administração – Pessoal	
2.1.1- Salários	2.939,36
2.1.2- Encargos Sociais	1.771,16
2.1.3- Auxílio Saúde	93,01
TOTAL	4.803,53
2.2- Administração Diversos	
2.2.1- Correios	561,30
2.2.2- Serviços de Contabilidade	377,00
2.2.4- Consultoria Jurídica	906,00
2.2.5- Unimed	79.096,13
2.2.6- Despesas com Telefone	1.021,30
2.2.7- Despesas com xerox	1.246,49
2.2.8- Cons. E Man. da Sede	455,21
2.2.9- Energia Elétrica	178,53
2.2.10- Manutenção de Equipamentos	
2.2.11- Material de Consumo	668,04
2.2.12- Serviços de Arquivo	300,00
2.2.13- CPMF e Despesas Bancárias	328,01
2.2.14- Aluguel de cadeiras	
2.2.15- Material de informática	122,95
2.2.16- Despesas com cartório	
2.2.17- Equipamentos	850,00
TOTAL	86.110,96
2.3- Despesas Institucionais	
2.3.1- Mensalidade da ANDES	2.678,26
2.3.2- ANDES - CNM	170,75
2.3.3- ANDES – CUT	664,20
2.3.4- ANDES Solidariedade	100,48
2.3.5- Encontro Jurídico	410,00
TOTAL	4.023,69
2.4- Atividades Sindicais	
2.4.2- Reunião GTPE	129,68
2.4.3- Plenária SPF'S	
2.4.5- CONAD e Congresso	2.471,45
TOTAL	2.601,13
TOTAL DE DESPESAS	97.539,31

GREVE

1.1- Plenária SPF	535,78
1.2- Despesas de viagens	1.245,05
1.3- Contribuição ato no Rio (Uerj-Sintur)	125,00
1.4- Despesas com taxi	100,00
1.5- Material de informática	61,00

1.6- Material de consumo	99,24
TOTAL	2.166,07

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Dia 28/09/00 – Quinta-feira – 13 horas – Gustavão

Pauta:

- 1 – Aprovação das Normas visando a consulta à comunidade universitária para escolha do reitor;
- 2 – Eleição da Comissão Organizadora da Consulta;
- 3 – Deliberação sobre o desconto único de 0,5% para recomposição do Fundo de Greve;
- 4 – Deliberação sobre o aumento de percentual da contribuição sindical mensal para a Adur;
- 5 – Assuntos Jurídicos;
- 6 – Outros Assuntos

Seguro Acidente de Trabalho Público

No Brasil, há quase um século, ainda perdura o modelo de Seguro Acidente de Trabalho Público (SAT). Existem no país, aproximadamente 1,809 milhão de empresas, onde 1,670 milhão conta com menos de 21 trabalhadores, colocando para o movimento sindical um desafio a ser superado: defender os direitos dos trabalhadores, independente do tamanho da empresa ou da forma de sua inserção no mercado de trabalho.

Para preparar sua intervenção nesse processo de discussão, o Instituto Nacional de Saúde no Trabalho da CUT está promovendo Seminário Nacional sobre Seguro Acidente de Trabalho, a ser realizado no dia 26 de setembro. Informações pelo *e-mail* inst@instcut.org.br ou no *website* www.instcut.org.br.

Notas de C&T

(Fonte: Jornal da Ciência, SBPC – Edição diária por *e-mail*: jciencia@domain.com.br)

Produção de energia com ondas do mar

O mar pernambucano pode gerar energia elétrica para professor da UFPE, que realizou testes no Porto de Suape.

Sistema desenvolvido por Rômulo Maciel, também engenheiro elétrico, consiste num flutuador acoplado ao *pier* do porto. O movimento de oscilação do equipamento, provocado pelas ondas, é transformado em rotação e convertido em energia elétrica por meio de um gerador. A experiência foi realizada na década de 80, com recursos da Sudene e Rômulo quer retomar o projeto.

Criada a Frente Parlamentar de Tecnologias

O segmento de C&T ganhou mais um espaço para discussão das políticas de desenvolvimento para a área. Foi instalada, dia 12, a Frente Parlamentar pela Promoção e Conhecimento de Tecnologias Nacionais, que já conta com a adesão de 80 deputado e senadores.

A Comissão lançou seu manifesto dizendo, entre outras questões que, "A C&T tem sido apontada como fator essencial ao crescimento econômico e social" e que "as universidades e os institutos de pesquisa brasileiros, apesar da escassez de recursos destinados ao setor nos últimos anos, responderam a esses desafios, contribuindo com inovações nas áreas de saúde, agricultura, educação, transportes, informática, telecomunicações, petroquímica e tantas outras.

Cadastro de transgênicos

A Agencia Nacional de Vigilância Sanitária, do Ministério da Saúde, criará cadastro para produtos geneticamente modificados que venham a ser comercializados no país.

Segundo o diretor-geral de Alimentos da Agencia, Cleber Ferreira dos Santos, que participou, dia 12, de audiência na Câmara dos Deputados para debater a rotulagem de produtos transgênicos, o mecanismo permitirá rastrear a comercialização desses produtos em todas as regiões brasileiras.

Educação Ambiental na Net

O estudante de Biologia, Rafael de Freitas Zeitouni, 25 anos, criou um portal sobre Educação Ambiental para disseminar, via Internet, informações ambientais pouco conhecidas pela população. O endereço do site é www.bio2000.hpg.com.br.

De Olho na Mídia

"Miopia cerebral"

Notícia publicada na Folha de São Paulo, dia 20/9, dá conta de que a Biblioteca Nacional (BN), no Rio, vai limitar acesso de jovens, menores de 16 anos, às suas dependências e, apenas estudantes com autorização especial poderão ler, estudar e pesquisar dentro do prédio, que é "símbolo da cultura nacional", segundo a repórter que escreveu a matéria.

Para a diretora técnica da instituição, Célia Zaher, "a questão da idade é apenas um parâmetro. A medida é para os estudantes do primeiro e do segundo graus. Eles não tem que vir. Aqui não é lugar deles", tentando justificar a decisão que "faz parte de um grande esquema de segurança para acabar com o roubo e a mutilação de livros". Esquema esse que conta com dois detectores de metal, computadores e câmeras para fotografar os usuários que chegarem à biblioteca. O custo de todo o equipamento foi de 200 mil Reais.

Também justificando a medida "antidemocrática", o presidente da Fundação Biblioteca Nacional, Eduardo Portella, diz que "onde há acervo de obras raras tem que haver preservação. O problema não se trata de proibição. Os estudantes podem ser bem atendidos em outras bibliotecas públicas".

Cá entre nós, o problema trata-se de proibição mesmo. Para quê tanto investimento em equipamentos de segurança se o público, que busca na biblioteca adquirir conhecimento, não pode ter acesso a ela? Podem inventar desculpas mil para justificar tal atitude, mesmo assim, jamais serão convincentes. Ainda mais diante da realidade de pouca leitura de nosso povo, por questões econômicas óbvias e, agora, por imposição de gente autoreferente que deve não gostar muito que o povo tenha acesso ao conhecimento.

Proibir crianças e adolescentes de ingressarem, para leitura e estudo, dentro de um espaço público, templo de conhecimento, não é apenas antidemocrático. É, isso sim, a capitulação para a ignorância. É burrice. E mais, justificar que essas devam ser encaminhadas para outras bibliotecas é "miopia cerebral" e, afirmar que a Biblioteca

Nacional, não é lugar delas, é opinião de tecnocrata que não percebe em qual tipo de atividade deveria estar.

Funcionários da própria BN apontam os adultos - e não crianças ou adolescentes - como responsáveis por roubos e mutilações em obras raras. Portanto, ao invés de proibir a entrada de menores, deviam restringir - e não proibir - o acesso às obras e efetuar melhor controle daqueles que as procuram.

Alguns direitos básicos dos indivíduos e da população estão sendo solapados com essa medida: o acesso ao conhecimento e ao espaço público e o de ir e vir dos cidadãos. Matéria digna da ação do Ministério Público.

Pessoal

Segue o texto sobre a GED que, confesso, tive enorme dificuldade em fazê-lo por absoluta falta de conhecimento sobre o tema. Nem ouvindo por várias vezes a entrevistada, que não disse muita coisa, ou acessando aos sites do MEC e da Andes, pude fazer um texto melhor. Peço-lhes que revisem-no com bastante afinho.

GED: abismo entre qualidade e quantidade

Por conta da política de estabilização monetária, está sendo imposto aos docentes das IFES longos seis anos sem reajuste de seus vencimentos - isso sem contar com a perda de direitos historicamente conquistados. A solução encontrada pelo Governo Federal foi a Gratificação de Estímulo à Docência (GED), que funciona como um "mecanismo de vinculação da remuneração a indicadores de produtividade antiacadêmicos". Essa é uma das questões levantadas pelo Andes-SN, quando da entrega da Pauta de Reivindicações dos docentes das IFES, em 30/06, ao ministro da Educação, Paulo Renato de Souza.

Em entrevista ao Adur Informa, Regina Célia Lopes Araújo, do Decanato de Planejamento e Desenvolvimento e presidente da comissão que avalia a concessão da GED, diz que o método de avaliação quantitativa está longe de atender aos interesses da Rural e que, apenas uma avaliação qualitativa é que pode, além de mensurar a produção individual, coletiva e institucional, criar condições para um melhor planejamento da universidade.

Pode haver uma concordância entre o que diz Regina Célia e o que formula a diretoria do Andes-SN, na medida em que esta última defende a "garantia de avaliação institucional interna e externa das IFES, resguardando-se o integral financiamento do Sistema Público do Ensino Superior pelo Estado", porém, mesmo discordando da avaliação da GED, a decana informa que "a Universidade não tem escolha e tem que fazer a avaliação ou o professor não recebe", fazendo questão de afirmar que é apenas executora da avaliação.

Talvez Regina Célia possa estar se referindo, quando fala sobre avaliação qualitativa, a um modelo que se tentou implementar, a partir de 1993, mas que não foi adiante: o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) que, fruto de discussão dos reitores, buscou abranger "as diferentes dimensões do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão das IES", constituindo-se, assim, "em processo de contínuo aperfeiçoamento do desempenho acadêmico, do planejamento da gestão da instituição e de prestação de contas à sociedade", segundo o documento que lhe deu origem.

Cabe lembrar, que o PAIUB é coordenado pelo MEC mas, atualmente, tem como resultado prático servir de indicador matricial para a Andifes, que o usa para reivindicar recursos ao ministério que, por sua vez, só o utiliza, quando muito, como um banco de dados, dando conta de sua opção por avaliações tais como o Exame Nacional de Cursos - o propalado "Provão" - e a Gratificação de Estímulo à Docência, que muito pouca coisa informam ou dizem sobre as IES e sua produção acadêmica e científica.

Fato concreto é que a GED ainda vai continuar causando muita polemica entre o movimento docente, a instituição e o MEC. Uma dessas, é a questão dos critérios que, segundo a decana de Planejamento e Desenvolvimento, estarão mantidos para a avaliação de 2000.

Veja abaixo, a pontuação final dos docentes da Rural, por faixa de pontos.

**QUADRO DE PONTUAÇÃO FINAL DOS
DOCENTES POR FAIXA DE PONTOS**

Pontuação	Quantidade de Docentes	%
140	439	87,8
130 – 139,99	24	4,8
120 – 129,99	13	2,6
110 – 119,99	8	1,6
100 – 109,99	4	0,8
90 – 99,99	3	0,6
80 – 89,99	4	0,8
70 – 79,99	1	0,2
60 – 69,99	1	0,2
50 – 59,99	1	0,2
40 – 49,99	2	0,4
Total de Avaliados	500	100,00

Fonte: Relatório Final da Avaliação de 1999 - Comissão de Avaliação para a Concessão da GED

Caros CE:

Vai aí o que faltava. O Encontro Jurídico acontece no Sábado e no Domingo, portanto, não há muito o que noticiar além disso. No próximo jornal podemos falar mais sobre o que aconteceu.

A nota sobre fiscalização na Adur, fala de informação que me foi passada e solicitada divulgação pela Luzia.

Grande abraço.

Fortunato

Encontro Jurídico

Nos dias 23 e 24, aconteceu o Encontro Jurídico do Andes-SN. Emprego Público e Projeto de Carreira, GED e GID, Data-base dos SPF e Reajuste de 10,87%, foram alguns dos temas discutidos no Encontro.

Além dos temas acima, a Adur enviou seu assessor jurídico, Marcelo Chalréo, para debater com os presentes os temas "Ação de Correção das Tabelas do Imposto de Renda Pessoa Física" e "Cálculo dos Adicionais de Insalubridade e Periculosidade em caso de Afastamento para Capacitação".

Leia mais detalhes sobre o Encontro, na próxima edição do Adur Informa.

Fiscalização na Adur

A Adur, no mês de agosto, sofreu vistoria da Diretoria de Arrecadação e Fiscalização do Ministério da Previdência e Ação Social. Toda a documentação relativa ao ministério, referente ao período de 1988 até julho de 2000 foi solicitada pelos fiscais previdenciários, no que foram plenamente atendidos. O resultado da vistoria saiu na semana passada e nada foi encontrado que desabonasse a Adur, que está, rigorosamente em dia com suas obrigações fiscais, trabalhistas e providenciárias.

MAJORAÇÃO

VITÓRIA DO JURÍDICO

No dia 09 de maio último o Juiz Federal da 10ª Vara determinou a suspensão do aumento da alíquota de desconto de contribuição previdenciária dos professores ativos. Esta vitória barra a negociação pretendida pelo governo. A Assessoria Jurídica da ADUR-RJ S.ind., autora da ação, informa que com esta sentença, fica definitivamente estabelecido o teto de 11% para este desconto.

Análise de Conjuntura

Greve ! ! ! A gente conhece essa música. Professor (a) Universitário (a) é mesmo insatisfeito (a) ! pelo menos é o que pode-se deduzir quando a gente faz a retrospectiva do número de greves das universidades públicas federais nos últimos 20 anos : 7 na década de oitenta, 6 na de noventa. Isso quer dizer que até os nossos sobrinhos já tiveram a sua primeira vez ! Os tempos passam rápido não é mesmo. E por falar em anos, a pauta das reivindicações da greve deste ano acusa mais de cinco sem reajuste salarial. É mole ?

Na era da pós-história, não esquecendo nunca que o século não terminou, as telinhas da TV e as manchetes de jornais, infelizmente, não nos deixam esquecer os velhos tempos. Dizem que recordar é viver. Quem diz viver, diz também sofrer nesse brasil varonil dos 500 anos. Apesar do avanço tecnológico e dos sistemas de informação satelitares, tudo continua como dantes no quartel de abranes. As velhas formas de luta e as velhas formas de repressão. Ou você não viu o campo de batalha que se transformou a avenida paulista, em pleno centro da cidade de São Paulo, na semana passada ? Foi a maior repressão policial contra uma manifestação de rua no centro da cidade depois dos idos de 1989. Antigamente eles costumavam usar o adjetivo "baderneiros", "vagabundos", para qualificar esses manifestantes anônimos que ousavam desafiar a ordem estabelecida e mudar o regime. Hoje em dia o adjetivo é outro. Quer saber, é até mesmo um substantivo. Esses manifestantes anônimos têm nome : professores, professoras, funcionários e funcionárias da USP (atenção hein, favor levantar o queixo, DA USP). Ainda anteontem, tá fresquinho ainda, foi nos trabalhadores rurais sem terra, nos índios, nos negros. Tá vendo, todos eles têm um nome à zelar. O Brasil é um país tão rico que amanhã, não se preocupem, já vai aparecer mais um substantivo para surrar : funcionários públicos federais, desempregados, sem casa, pobres absolutos (veja definição a seguir). Não precisaremos nem ir tão longe no tempo. O Brasil não conhece o Brasil.

Na realidade, como diz João Pedro Stédile (JB, 21/5/00) o Brasil está numa encruzilhada. O modelo neoliberal já deu tudo que tinha que dar (ou dito de outra forma, já sugou o quanto quis) e provou que não serve para resolver os problemas sociais do país. Mas, como os responsáveis são todos fãs de uma modinha do exterior, vão logo importando o grau de tolerância zero para impedir aqueles que não estão satisfeitos em pagar a conta salgada da corrupção, dos juros da dívida, do clientelismo e não aceitam que o nosso país caminhe no rastro de sofríveis índices de desenvolvimento humano. A gente dizia logo acima, o Brasil ainda não conhece o Brasil. Mas a Organização das Nações Unidas (ONU) vai dar uma mão para a gente não passar por mentiroso : Veja só o que o JB fez publicar na sua página 02 do dia 21/5/00 :

No campeonato do Programa da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre **Desenvolvimento Humano**, o Brasil está em vergonhoso 79º lugar. Sem desmerecer os demais, para nós que fomos tricampeões do mundo em futebol, é um pouco amarga essa classificação, vocês também não acham? Fica difícil não sentir inveja da Argentina, do Uruguai, do Chile, do Kuwait, da Venezuela, da Antígua e da Bermuda . . .

De acordo com o IBGE (é serviço público, mas pode confiar) o 1% (um por cento, isso mesmo) da população mais rica do país possui mais do que tudo que a população mais pobre tem, isto é, juntando tudo (cachorro, galinha, bicicleta, brio, coragem, fé, etc) . . .

Trinta e quatro por cento (34 %, isso mesmo) da população brasileira vive na **POBREZA ABSOLUTA** ! E você que sabe tudo, sabe o que é isto, **POBREZA ABSOLUTA** ? Se você não sabe a definição conceitual, ou sociológica, não se preocupe, a realidade é muito mais concreta que a definição : eu tenho certeza que você já viu um pobre absoluto hoje. Afinal 34% representa 1/3, ou seja 1 em três ! De todo modo, para não ficarmos no nhem nhem, fique com essa : Pobres absolutos são aquelas pessoas, aquelas famílias, aquelas gentes que tudo o que ganham dá apenas o suficiente para as necessidades mínimas. Ou seja vive com meio a dois salários mínimos. É muito mínimo não é mesmo !

SUB-TÍTULO
A Universidade Pública, a Rural, o meu Departamento *Mais que o Manoel Duarte: O* Greve!!! Agente realmente conhece essa música. Mais que isto. Agente *SABE* conhece como a banda toca. A retrospectiva das greves é a ponta de alguma coisa mais profunda e ao mesmo tempo mais abrangente – o Movimento *dos* Docentes, Movimento dos servidores federais, o Movimento dos Sem Terra, dos excluídos, em suma, de todos que estão do lado oposto ao das velhas (e também conhecidas) elites. *QUE QUE ALONHARAM PARA A SOCIEDADE A NECESSIDADE*

INDOSSADOS PELA SOCIEDADE
Foram estes movimentos que resistiram e em alguns momentos até avançaram. Foram estes movimentos que não permitiram fechar e/ou privatizar a Universidade Pública, já na década de 80 (Projeto *BERES*, lembram?). Foram estes movimentos que enxotaram o regime militar e o Collor. Foram estes movimentos (e algumas greves) que garantiram a qualidade *PARAGMFO* do ensino, pesquisa e extensão que ainda temos na UFRJ. E é este movimento que bate de novo na porta. Diversas categorias de servidores federais estão paralisadas, realizando manifestações de rua toda semana. IBAMA, FNS, INSS, IBGE e outras vêm buscar de novo o apoio da sociedade.

muito concreto
As universidades também já ingressaram *no movimento*. Os técnicos administrativos já estão parados em cerca de 36 universidades. Uma das categorias mais atacadas pela “onda” neoliberal foi a dos servidores que desempenham um papel fundamental no ensino. Biblioteca, refeitório, laboratórios, áreas e outras atividades essenciais de ensino foram *atacadas* nos últimos anos, através de ataques à carreira dos profissionais responsáveis pela sua condução – os técnicos administrativos. A sociedade (e em especial a comunidade) tem a obrigação de reconhecer isto e lutar para que o governo não consiga acabar de vez com estes profissionais.

está ao lado da
E os professores? O quadro de mobilização hoje entre os docentes é o seguinte: número total de seções sindicais do Setor das Federais: _____ (_____ filiados); número total de seções sindicais em greve por tempo indeterminado: _____ (_____); indicativos aprovados _____; número de seções que deliberam contrário à greve _____.

secretários

superintendentes

Luiz
Não ~~se~~ continua sendo q de antes a Universidade
para muitos
Os professores ~~hoje~~ resistem. A sobrecarga de trabalho, a precarização da carreira, a deterioração nas condições de trabalho fazem parte de nosso cotidiano e falar disto é chover no molhado. Já estamos fartos de tantas imposições e desrespeito. Muda-se a política educacional, congelam-se os salários e o Sr. FHC ainda tem a cara de pau de aumentar 30% na GED e divulgar isto como a redenção dos cinco anos de arrocho. O Movimento Docente está aí e o sonho continua sendo o de mudar para melhor o nosso dia a dia! Chegou a hora (mais uma vez) de decidirmos o que fazer. Enquanto a música toca chegamos a mais uma encruzilhada, como o Brasil.

Sorria, você está no Brasil

O repórter Renato Lemos começa assim seu artigo no JB de 21/5/00. Na realidade ele quer com isto introduzir um debate sobre a cultura do cinismo que se instalou no Brasil neoliberal. Não chegemos a tanta cultura. Afinal, cultura não é para todos. O cinismo o é, mesmo se todos nós não aceitamos o cinismo como prática salutar. Infelizmente às vezes escapa.

“O Brasil vai de mal a menos mal”

Sabe quem disse isso ? Sorria, foi o Presidente do Brasil (JB, 21/5/00). Ora, sejamos francos, se o Ilustríssimo neto do presidente estudasse numa das Universidades Públicas do Brasil, e, após cinco anos e meio passasse de mal a menos mal, poderíamos com toda certeza dizer que ele ficou para borra. Com oito anos diríamos que ele estaria jubilado. Já, se fosse no primeiro, nos desculparíamos, o elogiaríamos seu esforço, mas diríamos que ele estaria reprovado. Porém, se fosse numa faculdade particular já não botaríamos nossa mão no fogo.

“Notáveis da USP temem esvaziamento”

Esta é a manchete que o repórter Luiz Caversan colocou no texto sobre a reivindicação salarial dos docentes e no qual entrevista vários professores e professoras (segundo ele, notáveis) daquela instituição (FSP, 21/5/00). No Brasil, nós poderíamos interpretar esta frase de várias maneiras :

- () que os notáveis temem que os baixos salários pagos aos professores e professoras alimente uma fuga de cérebros para instituições fora da universidade ;
- () que os notáveis temem que o tratamento dado pela polícia às manifestações de rua, à base de cacete de borracha, bombas de gás e balas de borracha, provoque esvaziamento do quociente intelectual de alguns manifestantes ;
- () que os notáveis temem que o esvaziamento de cérebros das universidades provoque uma diminuição progressiva da produção científica e intelectual brasileira ;
- () que os notáveis temem que com a possível privatização da universidade pública muitos cursos vão fechar e a universidade pública vai esvaziar ;

“Professores e professoras das federais temem esvaziamento”

Nenhum repórter escreveu sobre isto ainda, mas mesmo as federais não sendo uma brastemp da vida., poderíamos interpretar uma frase destas das seguintes maneiras :

() que os profs. e as profs. temem que a diminuição da qualidade de vida do povo brasileiro e as dificuldades para encontrar trabalho vão afugentar a vinda de cérebros e daremos aulas para salas vazias ;

() que os profs. e as profs. temem que com a descaracterização da carreira do docente e a falta de estímulo para sua dedicação exclusiva ao ensino, à pesquisa e à extensão ele vai se contentar de fazer da sua escola um bico entre outros, e, naturalmente, vai passar muito mais tempo fora do seu lugar de trabalho e cuidando de outros interesses que aqueles ligados ao seu campo de excelência ;

Divirta-se, você está no Brasil, os quinhentos anos ainda não acabaram

INFORMES SINDICAIS

CUT-RJ

24/05 –

09:00 h – Brasília - Caminhada com concentração – eixo rodoviário Sul (em frente Cine Centro São Francisco – 102 Sul) até a Esplanada dos Ministérios, terminando com grande ato.

15:00 h – Passeata em direção ao Congresso Nacional.

25/05 –

10:00 às 12:00 h – Atos em frente a diversos Ministérios com entrega de documentos com pauta de reivindicações.

31/05 –

Dia nacional de luta em defesa do Serviço Público. Atos e manifestações em todo o país.

02/06 – Dia nacional de manifestação dos metalúrgicos (mobilização de sindicatos e federações).

W

- **Walcyr de Oliveira Barros** (Enfermagem/UFRJ)
- **Walter Issamu Suemitsu** (Engenharia/UFRJ)
- **Warwick Estevam Kerr** (USP/UFU/UEMA/Dir. Inst. Pesquisas da Amazônia/Pres. de Honra SBPC, Membro da National Academy of Science-USA)
- **Wilson Macedo** (FSS/UERJ)
- **Wolfgang Leo Maar** (Filosofia/UFSCar)

X

Y

- **Yolanda Guerra** (Serviço Social/UFRJ)
- **Yves Lesbaupin** (ESS/UFRJ)

Topo da página

Z

- **Zilda Yokoi** (Coord. Pós-Grad. História Social/USP)
- **Zuleica de Oliveira** (ESS/UFRJ)

Topo da página

[Agenda](#) | [Apoio](#) | [Artigos](#) | [Entrevistas](#) | [Nominata](#) | [Proposta](#) | [Fale conosco](#) | [Principal](#) |

 **Anterior**

 **topo**

 **Próxima**

(*)

~~17~~ . . .

Serviços Sindicais em Greve por Tempo Indeterminado: 07-
ADUFPR (Paraná), ADUFPA (Pará), ADUFES (ES), ADFCAP (Aguafrescas
do Paraná), APUB e CEFET (Bahia) e ADUFAL (Alagoas).

Serviços Sindicais - - - { CONTINUAR PELO INFORME
DO ORLANDO }

GREVE TEMPO INDETERMINADO -
(04)

10/5 - { ADUEPB - (Patos)
ADUEPA (Paraná)
ADUFES (ES.)
11/05 - { ADUECAP (Cileneiros
Agriários
Pará)

15/05 - APUB e UFET (Bahia)

18/05 - ADUEAL (Araguás)

até di.

GREVE POR TEMPO DETERMINADO (2) ATÉ 30/05 - SEDUFSC (Santa
Margarida)

ESTADO DE GREVE -> ADUFFI (Pianá)
(2) SEDUF (Pocima)

INDICATIVO DE GREVE -> SEM DATA - ADUFERPE (PE)

(10)

(9)

ADUFPR (Paraná)

ADUEPB-JP (Paraná)

ADUEFET-RJ

ADUC (Paraná)

ADUEPB-CG (Paraná)

ADURN - (Rio Grande Norte)

~~ADUR-RJ~~

ADUFUNREI (S. João Del Rey)

SINDEFOP (Alfenas)

(14) COM DATA - (1) 14/06 - ADUFOP (Ouro Preto)

(13) (09) 25/05 - ADUFSC (Santa Catarina)
ADUFRT (Fundão)

ADEM (São Paulo)

ASPUV (Viçosa)

ADUFS (Sergipe)

ADUMIR (Rondônia)

ADUEPE (Pernambuco)

~~ADUFF~~

ADUFZGS (Rio Grande Sul)

(1) 20/5 - ~~ADUAB~~ ADUA (Amazonas) 20

01/6 - ADUR-RJ
(2) ADUFC (Ceará)

DEFLAGRAÇÃO DA GREVE - 25/05 - APTUMA (Maurandia)
(2) ADUFF

CONTRÁRIO A GREVE - APROFUG (Rio Grande)
(3) ADUFFil (Pelotas)
ADUFG (Goiás)

Avaliação DA GREVE → APTOFEI (Itaquira)
(5) ADUMI - rio
ADUFAC - (Acre)
ADUF3 Car (São Carlos)
APUBH

Em processo Eleitoral Reitor → (01) ADUFMAT

Sem posição → ADUFV (Uberlândia)
(06) ADVFMS (MT do Sul)
APRESTF (Fed Juiz de Fora)
ADFMTH (Triângulo Mineiro)
ASPEAL (Lavras)
ADCAR (Catalão)

CUT-RJ.
DIA 24 → 9.00h
concentração - Rio Rodovia do Sul
caminhada até Esplanada dos
Ministros, com ato (discussão de
Lido-ouros nichados, etc.)
(em frente ao Cui Centro S. Frey)

Textos do Adur Informa 11

Capa

Capacidade de lutar

Em 1º de junho a ADUR se somou à greve unificada dos Servidores Públicos Federais (SPF), junto a outras 32 Seções Sindicais do ANDES-SN. Depois de quatro assembléias de avaliação da conjuntura nacional e local, os professores da Rural decidiram reforçar a luta em defesa dos serviços públicos.

Para grande parte das categorias dos SPF, a greve foi deflagrada no dia 10 de maio de 2000. Como bandeira central estava a luta pelo reajuste linear, de 64%, dos salários congelados há 6 anos.

Apesar de ter sido uma paralisação expressiva dos serviços públicos federais, o governo e a imprensa ignoraram o movimento. Somente no início de julho, o governo aceitou receber o Comando de Greve dos SPF, propondo um "Memorando de Entendimento", onde ele reconhecia a greve, autorizava a compensação dos dias parados e estabelecia comissões setoriais de negociação. Com exceção da Fasubra, todas as categorias decidiram suspender a greve no dia 13 de julho, tendo como horizonte a sustentação de uma agenda de lutas voltada para a efetiva abertura de negociações, agora de caráter setorial.

A suspensão da greve foi resultado das dificuldades de manter o movimento em muitas categorias exaustas pela longa duração da greve.

A luta dos servidores por dignidade deve ser vista como uma guerra de várias batalhas, com vitórias e derrotas. Conseguir unificar os SPF; desgastar o governo FHC em inúmeras atividades pelo país afora; colocar a opinião pública em seu favor e mostrar a capacidade de luta organizada pelos direitos trabalhistas, foram alguns dos aspectos vitoriosos dos servidores. Porém, não se conseguiu nenhum ganho econômico. "Lutamos contra um governo autoritário e ferreamente comprometido com a privatização, ou melhor, com a doação do nosso patrimônio público. Comprometido com o setor financeiro e com o pagamento de uma dívida que ele próprio alimenta com juros astronômicos para manter aqui o capital financeiro especulativo", são uns dos elementos, na avaliação da ADUR, que levaram à derrota econômica do movimento.

Atuação da Adur

Entre as atividades de greve destacam-se três externas em que a Adur esteve presente, ao lado dos servidores técnico administrativos e estudantes: o Ato Unificado dos SPF, na Cinelândia, em 30/5; a Passeata Unificada dos SPF, da Candelária à Cinelândia, em 8/6 e o Jogo Brasil x Uruguai, no Maracanã, dia 29/6. Os representantes da Adur a faixa mostrada na foto ao lado.

Atividades internas importantes foram a elaboração de murais informativos, as várias reuniões do Fórum das Licenciaturas, o debate sobre cursos sequenciais (13/6) e a palestra sobre Emprego Público com o assessor jurídico da Adur (15/6).

O Comando Local de Greve (CLG) reunia-se, em média, 2 vezes por semana para avaliar o movimento, traçar estratégias de luta e organizar as atividades locais e externas da Adur.

Representando a Adur junto ao Comando Nacional de Greve do ANDES-SN (CNG) e Comando Nacional Unificado dos Servidores Públicos Federais em Greve (CNUG) contamos com os professores Ricardo Berbara, Miguel Ângelo, José Cláudio, Canrobert e Seixas.

O Comando de Greve Local da ADUR foi integrado pelos professores (as) Ana Cristina (IE), Ana Dantas (IE), Ana Santa Cruz (ICHS), André Zaú (IF), Áurea (ICE) Breno (IB), Caetana (ICHS), Canrobert (ICHS), Francisco (ICE), Geovan (ICE), Gisele (ICHS), Joecildo (IB), José Cláudio (ICHS), Leila (ICE), Lia (IE), Luciana (ICHS), Luciano (ICE), Luís Mauro (IF), Marcelo Fraga (IV), Marcus Peixoto (ICHS), Mercêdes (IB), Miguel Ângelo (ICE), Nidia (IB), Nilma (IE), Orlando (IB), Pimentel (IB), Ricardo Berbara (IA), Ricardo Miranda (IA), Rosane (ICE), Seixas (IA), Siebert (IV), Silvia Gonçalves (IE), Silvia Goulart (IE), Tise (ICE), Valdomiro (ICE) e Wellington (IT).

Página 2

Editorial

Adur Informa reestruturado

Dinamizar a veiculação de informações, debates e idéias é uma meta que a atual diretoria da ADUR está buscando concretizar. Acreditamos que este seja um dos caminhos para estreitar os laços com os associados e vice versa.

Dando um primeiro passo nessa direção, a diretoria tem o prazer de apresentar o nosso tradicional informativo completamente reformulado. Esta reestruturação está sendo possível graças à contratação de uma equipe de profissionais experientes e capacitados na área de comunicação.

Trata-se de um contrato de prestação de serviços que, no momento, tem como finalidade garantir edições semanais do **ADUR Informa**. Contaremos com essa equipe formada da pelos jornalistas Regina Rocha e Fortunato Mauro e pelo repórter fotográfico Lenin Pires.

Nossa intenção é ter um veículo interativo com os filiados, que terão canal aberto para expor suas opiniões por meio de cartas e artigos.

Esperamos a sua contribuição e que esta mudança represente a nossa inserção ativa no mundo da comunicação.

Concut discute greve

Mais de dois mil delegados de todo o país participaram do VII Congresso Nacional da CUT, de 15 à 19, em Serra Negra, São Paulo. Do rio foram 228 delegados levando, entre as propostas aprovadas no X Congresso Estadual, a convocação de uma greve geral contra o governo FHC e sua política econômica. O VII Concut é um congresso eleitoral; Além de temas como conjuntura nacional e internacional e estratégia de ação para o próximo período, os delegados elegeram a executiva da direção nacional e o conselho fiscal. No próximo número divulgaremos as deliberações do congresso da maior central sindical do país.

Memória Adur

A partir de agora, reservamos aqui um espaço para apresentar a história da Adur. Quem vai nos conduzir nessa viagem pelo tempo é a professora do ICHS, Ana Lúcia Valença de

Santa Cruz Oliveira, que desenvolve um belo estudo sobre o movimento docente na Rural desde seus primórdios, no fim da década de 70 quando, na onda das mobilizações pela democratização do país, dezenas de entidades como a Adur foram criadas.

No próximo número publicaremos o primeiro capítulo desta história ilustrada com os registros do arquivo fotográfico da entidade, como a imagem abaixo - de uma assembléia da Adur realizada na Igreja do Cruzeiro, ainda no período da repressão.

C&T: a ponta do iceberg

Durante a greve dos servidores, o governo estabeleceu gratificação diferenciada para os servidores do ministério da ciência e tecnologia. Vladimir Nepomuceno, integrante da coordenação nacional das entidades de trabalhadores do serviço público federal e membro do comando nacional unificado, durante a greve, analisa a questão.

Adur Informa – A gratificação para o MC&T é uma política geral para os servidores ou apenas privilegiou alguns?

Vladimir Nepomuceno - Na verdade, a política de remuneração diferenciada não é nem uma política geral para os servidores da C&T, nem para alguns setores dessa área. É, na verdade, a política para o conjunto do funcionalismo federal. Um dos objetivos da proposta de estrutura para o Estado brasileiro é ter algumas atividades consideradas de Estado exercidas pelas carreiras típicas de Estado e outras passíveis de serem exercidas por agências - de controle estatal, mas operadas por entidades de direito privado - ou até por empresas - via terceirização. Em todos os casos, a proposta é o salário fixo baixo, acompanhado de uma gratificação variável. Dependendo do segmento das atividades podemos encontrar uma ou várias diferenciações. Mesmo nas carreiras chamadas típicas de Estado.

AI - Mudou, do ponto de vista do governo, a caracterização de atividades típicas de Estado?

VN - A caracterização da atividade típica de Estado, do ponto de vista do governo não mudou. Simplesmente, apenas agora com a aprovação da Emenda Constitucional 19/99, da Reforma Administrativa e seus desdobramentos é que se tornou possível a aplicação da política há muito desejada pelo projeto original. Isto fica claro ao observarmos a grande quantidade de propostas de "atualização" de planos de carreiras em todas as áreas, "típicas de Estado" ou não.

AI - O governo tem alguma estratégia para a C&T? O que representa a diferenciação dentro de sua política salarial para os servidores e, em especial, para as Instituições Federais de Ensino Superior?

VN - O governo tem estratégia não apenas para a C&T. A estratégia geral é para o Estado Brasileiro. A C&T é parte disso. A definição de Estado proposta não é sequer elaborada pelo governo brasileiro. É uma proposta para Estados capitalistas dependentes, onde o FMI, junto com BIRD, direcionam as formas, o funcionamento, a relativa autonomia e - acima de tudo - sob total controle externo. Sob a ótica do FMI, não cabe a países como o Brasil ter total autonomia em pesquisa, produção científica, desenvolvimento de novas tecnologias ou algo que signifique soberania.

Acredito que para as Instituições Federais de Ensino Superior, as IFES, a aplicação dessa política é, no mínimo desastrosa, se pensarmos para quais objetivos entendemos a existência dessas instituições. Para quem defende a autonomia no sentido da elaboração, da pesquisa, da produção científica e tecnológica e da educação, é um desastre total. Pois,

nessas áreas a proposta é de total submissão, onde os detentores do poder mundial definem o que pensar, pesquisar produzir e tudo mais. A autonomia proposta é a de deixar livre o cordeiro para defender-se do lobo. E obviamente, dentro dessa política está o tratamento diferenciado aos trabalhadores, via diferenciação salarial de condições de trabalho. Para aqueles que se submeterem à proposta, talvez alguma gratificação como prêmio. Para os que não se encaixarem, ou para os que não há espaço, o salário reduzido ou a demissão.

Página 3

Efeitos da GED no imaginário docente

***Por Roberto Leher**

No período da campanha eleitoral visitei a maior parte das universidades brasileiras, em todas as regiões do País. Pude conversar com professores de universidades jovens - ainda em busca de seu perfil institucional - e também de universidades já com pesquisa e pós-graduação consolidadas. Em relação a GED, pude constatar que, salvo poucas exceções, os professores sentem-se aviltados pelas imposições contidas nesta Gratificação, como o tratamento diferenciado e discriminatório em relação aos aposentados e aos docentes da carreira de 1º e 2º graus e a "avaliação" produtivista.

Este último aspecto, o produtivismo, produz fortes efeitos no imaginário docente, posto que não está presente apenas na GED. A partir do final dos anos 1980 e, de forma mais aguda, na década de 1990, o uso de indicadores quantitativos, trazidos do mundo dos negócios, passou a ter uma presença muito intensa no cotidiano do trabalho acadêmico. De fato, a análise da produção científica e da avaliação de uma forma mais geral, passou a conferir maior dimensão a quantidade, relegando a segundo plano a qualidade. Trata-se, conforme Marilena Chauí, de uma avaliação pós-moderna e superficial. Deste modo, apesar de criticada, a GED acaba reforçando o produtivismo. Muitos professores organizam suas atividades na universidade considerando os indicadores produtivistas e isto é péssimo para a universidade, pois atinge o âmago do trabalho científico e do ensino de qualidade.

Nova modalidade de emprego: contratação pública

O MEC divulgou na última reunião da Andifes, realizada no final de julho, uma nova versão de seu anteprojeto de lei sobre emprego público. Em linhas gerais, por este anteprojeto, os novos docentes serão contratados pelo regime de CLT, sem dedicação exclusiva, para uma nova carreira resolutamente distinta da atual e da carreira reivindicada pelo Andes-SN. Em outros termos, os novos professores perderão a estabilidade, debilitando, com isso, a sua liberdade acadêmica, perderão também a aposentadoria integral, tendo que se aposentarem com o teto de 10 salários mínimos.

Os atuais professores e técnico-administrativos ficarão em um regime em extinção que muito provavelmente será alvo de destruição por parte do governo. Assim, possivelmente, no RJU os salários reais serão menos atrativos do que o dos docentes no regime de CLT. O regime em extinção (RJU) abre um período de incerteza para a aposentadoria dos atuais servidores, pois o custeio ficará comprometido pela ausência de novos contribuintes. Ademais, pelo anteprojeto, os professores dos Colégios de Aplicação ficam no limbo, desaparecendo, *orwellianamente*, da carreira das IFES.

Os docentes das escolas técnicas e agrotécnicas, serão deslocados para o nível médio. E, para piorar, o referido documento prevê novas modalidades de docentes como o

“conferencista”, um irônico eufemismo para o “substituto permanente” (docente para as atividades de ensino, sem progressão acadêmica) e o Auxiliar, agora temporário, voltado para o atendimento de serviços. Este projeto, se aprovado, viabiliza as reformas administrativa e da previdência na universidade, sendo um passo de gigante para a privatização das universidades.

A luta no próximo período

A greve unificada dos SPF foi um acerto. A pauta, centrada no reajuste salarial e na defesa do serviço público, atinge o núcleo sólido das políticas de reforma do Estado e da Previdência em curso. Claro que avanços organizativos ainda se fazem necessários, mas o balanço foi positivo: conseguimos incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias a previsão de verbas para um reajuste geral em 2001. Sabemos, contudo, que esta previsão somente será incluída, de fato, no Orçamento com mobilização e luta.

Devemos, enquanto movimento docente, perseverar nesta luta com os SPF. Temos também que lutar firmemente contra a regulamentação do emprego público na universidade. Este ponto é absolutamente crucial. Também devemos combater as diretrizes de regulamentação da GID, visto que ampliam a discriminação em relação aos docentes da carreira de 1o e 2o graus. Estas lutas hoje estão intimamente relacionadas com a reivindicação já protocolizada no MEC de uma nova carreira para os docentes das IFES.

As lutas em favor da universidade pública demandarão a organização em um novo patamar da comunidade universitária e, neste sentido, o Andes-SN, a Fasubra, o Sinasefe e as Entidades Estudantis, estão fortemente mobilizados para realizar o Encontro Unificado destas Entidades.

*Roberto Leher é doutor em Educação pela USP. É professor do Departamento de Fundamentos da Educação da Faculdade de Educação da UFRJ. Atua na área de pesquisa Trabalho-Educação e Políticas Educacionais, investigando atualmente as políticas do Banco Mundial para a Educação da América Latina. Ex-presidente da Adufrj-Ssind e é atual presidente do Andes-SN

Agenda Andes

Data	Local	atividade
25 E 26/08	BRASÍLIA	REUNIÃO DA COORDENAÇÃO DO GT-CARREIRA; ANDES-SN
26/08	SÃO PAULO	ENCONTRO DAS ASSOCIAÇÕES DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO. LOCAL: ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA
26 E 27/08	BRASÍLIA	REUNIÃO DO GT CARREIRA; LOCAL: ANDES-SN
31/8 a 3/09	Brasília	9:00h – Reunião da Diretoria do ANDES-SN

Professor da Rural recebe Ordem do Mérito Científico

Titular de Química Orgânica e emérito da UFRRJ, Raimundo Brás Neto, atualmente em atividade na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UNF), foi convidado a comparecer ao Palácio da Alvorada, em Brasília, dia 10, para receber, das mãos do presidente da República, a Ordem do Mérito Científico, na classe de comendador.

Brás, como é conhecido por seus colegas, foi indicado pela Academia Brasileira de Ciências, de onde é membro titular, e escolhido pelo Planalto, para receber uma das mais altas condecorações da ciência nacional. Não se tem notícia de outro membro da comunidade científica da Rural que tenha recebido tal honraria.

A indicação feita pela Academia Brasileira de Ciências, é fruto do trabalho de Raimundo Brás - doutor em Química e Produtos Naturais pela própria UFRRJ - ao longo de anos, em prol da ciência.

A desenvoltura científica de Brás nunca o impediu de aliar-se àqueles que resistiram aos ataques à universidade pública brasileira. Sempre participando de atividades políticas importantes, Brás Neto diz que, neste aspecto, "a política faz parte da vida acadêmica" e destaca que os docentes não podem deixar de participar desse processo, "tanto no fortalecimento do movimento, assim como no processo político relativo à Ciência e Tecnologia e à Educação. A universidade tem um papel importante nessa tarefa e não podemos nos ausentar".

Quando instigado a falar sobre o preconceito que existe dentro do *stablishment* científico contra aqueles que, mesmo sendo acadêmicos, participam ativamente dos processos políticos e sociais e que defendem com clareza uma melhor inserção da universidade na sociedade, Brás responde que "a universidade, como um pólo da produção intelectual, não pode se ausentar do processo político que é essencial para a vida do país" e, assim sendo, ela "deveria participar da luta por uma vida pública sadia, de respeito aos direitos e visando o bem-estar social".

Ele atesta, também, que é muito difícil compatibilizar a atividade de militância política com o trabalho e a produção científica, dizendo que "realmente há uma preocupação com isso, mas também não podemos ser absorvidos somente pelas atividades políticas".

É importante ressaltar que as incursões de Brás Neto na política nunca o impediram de ser um importante cientista e de receber, agora, por último, a Comenda do Mérito Científico. Ainda hoje, mesmo de forma comedida, não deixa de se indignar com a depauperação da universidade pública imposta por FHC, dizendo que o que é feito, além de dramático, é uma agressão a instituição pública e à universidade mais especificamente". Isso faz com que se posicione "frontalmente contra a política desse governo, que fica tapeando, mostrando aquilo que não é", se referindo ao cinismo como componente político do governo federal.

Diante da afirmativa de que é visto como um militante, o comendador Brás Neto conclui dizendo: "Ah... eu sou um defensor da universidade pública e estou ao lado dos docentes. Sempre que posso me pronunciar eu o faço a favor desse movimento".

Ações do Jurídico

GID – Processo encabeçado por Euclídea R. Guimarães e outros. Obtenção de liminar, em Mandado de Segurança de modo a evitar a supressão da gratificação para os professores aposentados. Em tramitação. Ainda não houve interposição de recurso da UFRRJ, face a liminar obtida. Segundo apurado, foram ajuizadas várias ações dessa natureza em todo o país e os resultados têm sido diversos. Há casos em que não foi conseguida a liminar. Em outros, a liminar concedida determinou o depósito do valor da gratificação em Juízo até a solução final do litígio. O tema preocupa, dadas as indefinições do Judiciário e requer cuidadoso acompanhamento.

Imposto de Renda – Liminar, em Mandado de Segurança, para a correção da tabela do IR na fonte, bem como da declaração anual. Há recurso no Tribunal Regional federal visando cassar a liminar. A Assessoria Jurídica (AJ) enfrenta dificuldades no cumprimento efetivo da decisão judicial e trabalha para garantir real eficácia. Até o momento, apesar de Ter crescido o número de ações, poucas liminares foram obtidas. A AJ tem abastecido outras entidades com informações, dados, documentos, etc., na expectativa de ampliar a discussão. Talvez o assunto ainda demande muita discussão judicial. Proposta está sendo feita à AJN do Andes-SN para inclusão do tema no próximo encontro do Jurídico, de modo a unificar a intervenção sobre o assunto.

Função Comissionada – Processo reúne quatro docentes. Liminar, em Mandado de Segurança, evitando recálculo do valor da vantagem, com conseqüente redução. Tramitação regular, aguardando sentença. Segundo outras Ad's, o assunto continua polêmico. Há casos em que não foi concedida liminar, mas a sentença foi de procedência. Outros obtiveram liminar, mas com depósito judicial das importâncias questionadas até o desfecho da controvérsia judicial. Existem casos julgados improcedentes (como o de Viçosa) e outros de sentenças favoráveis. Provavelmente, só no futuro próximo teremos a pacificação do entendimento judicial a respeito.

FGTS – Processo julgado procedente em parte. Há recursos da CEF e da Adur no Tribunal Regional Federal. É possível que haja julgamento em Segunda instância ainda esse ano. Como o STF resolveu reabrir a discussão em torno do tema, há muita expectativa sobre o que pode ocorrer, inclusive com processos em curso. Em muitos casos (como no da Adur), foram concedidos índices superiores aos que vem sendo reconhecidos pelo STF: duas perdas, que juntas representam cerca de 69% dos saldos existentes à época da lesão. O pleito acumula cerca de 120%. A decisão do STF apresenta uma derrota, ou vitória parcial, na interpretação de alguns. É provável que o governo tente saídas pouco ortodoxas para o enfrentamento do assunto. A decisão do STF é extensiva aos que estão ou ingressarem na justiça.

Textos dos Adur Informa nº 12

Capa

O que você quer para seu futuro?

Emprego Público, eleição para reitor e plebiscito sobre a Dívida Externa: há muito com o quê se ocupar e preocupar, em pouco espaço de tempo.

No horizonte próximo existem três grandes temas que estarão permeando a vida universitária: o projeto de Lei sobre Emprego Público nas Instituições Federais de Ensino; as eleições para a Reitoria da Rural e, num patamar diferenciado, o plebiscito sobre a Dívida Externa - de 2 à 7 de setembro, em todo o país. Todos esses temas exigirão energia e participação da comunidade universitária devido à sua enorme relevância para o seu futuro.

O primeiro, caso seja aprovado, implodirá a nossa carreira, criando categorias de docentes com direitos e salários diferenciados no interior das IFES. Os novos "empregados" serão contratados pela CLT, não tendo estabilidade e nem direito à aposentadoria integral. Essa grave ameaça deverá ser enfrentada com coragem e determinação pelo movimento docente em nível nacional e local.

As eleições para a Reitoria representam momento privilegiado para o debate e definição dos rumos da nossa universidade nos próximos quatro anos. A diretoria da ADUR estará empenhada em garantir o mais amplo debate de idéias e projetos; em garantir a legitimidade e a representatividade do processo eleitoral.

O plebiscito "A vida acima da Dívida" é uma iniciativa de dezenas de entidades da sociedade civil. Caso seja bem sucedido, servirá de instrumento de pressão para a aprovação de um Decreto Legislativo, apresentado no dia 1º de junho, que prevê, entre outras medidas, a realização de uma auditoria pública da dívida externa, criando mais dificuldades para o governo num momento de divisão interna e isolamento social. Uma luta com várias frentes em defesa dos direitos de todo o cidadão e pela desprivatização do Estado.

Página 2

Memória Adur

Criada em 30 de maio de 1979, em meio a onda de mobilizações que varreram a ditadura militar do país no início dos anos 80, a ADUR nasceu tendo como finalidade unir a categoria docente, defender seus interesses e assistir seus associados. Mais precisamente, porém, a ADUR nascia para estabelecer, no âmbito da UFRRJ, a expressão da independência e autonomia do pensamento docente frente às instituições do Estado e, por conseguinte, das administrações universitárias. Dentro destes marcos, ela propôs-se, e propõe, a promover a integração e interação científico, cultural, social e organizacional entre os docentes, assim como em relação ao conjunto da comunidade universitária em níveis local e nacional.

As eleições para a primeira diretoria da ADUR ocorreram em 24, 25 e 26 de outubro de 1979.

(Texto baseado em estudos da professora Ana Lúcia de S. C. Oliveira, do ICHS)

Fotolegenda: Jair Rocha Leão, primeiro presidente da ADUR que contribuiu imensamente para o movimento pela liderança e brilhantismo intelectual e político. Do seu lado direito, ao microfone, a saudosa professora Gisele Machline, em reunião nos primeiros anos de existência da entidade.

Professor é novo presidente da CUT

Poucos dias antes de completar 17 anos, a Central Única dos Trabalhadores elegeu o terceiro presidente de sua história. O professor paulista João Felício, 53 anos, recebeu 56,9% dos 2.259 votos válidos. Do pleito participaram 4 chapas representando tendências ou reuniões de tendências sindicais tradicionais da CUT.

Foi um congresso polêmico, dividido em dois momentos distintos. Nos primeiros dias os delegados identificados com o grupamento majoritário - a Articulação Sindical - esforçaram-se por definir, em uma prévia interna, o candidato para concorrer à direção da Central. Entre a psicóloga Mônica Valente, o bancário João Vaccari e o professor João Felício, acabaram por escolher este último. Foi a primeira vez que isso aconteceu, no interior da corrente.

Os dias restantes abrigaram debates acalorados, os quais divergiram sobre, por exemplo, a utilização das verbas do FAT por parte do movimento sindical cutista; a assunção da bandeira do Fora FHC e o FMI; o balanço da gestão e a adoção do modelo de sindicato nacional orgânico da CUT. Permeado por outros conflitos de opinião, o congresso, porém, guardou momentos de unidade: por unanimidade foi decidido o desenvolvimento de uma campanha nacional pela redução da jornada de trabalho sem redução salarial e pelo fim da política do Banco de Horas e das horas extras, símbolos da exploração capitalista, sobretudo no setor privado.

Entre outros assuntos foi definido, ainda, que a CUT deve promover uma grande mobilização, ainda no segundo semestre deste ano, em contraposição à política do governo FHC, a exemplo da marcha dos 100 mil, em 1999. Da mesma forma foi decidido que a Central deve participar, apoiar e realizar o plebiscito da Dívida Externa, de 2 a 7 de setembro, em todo o país.

Adur Informa reestruturado

Fotolegenda (4 fotos de professores com o Adur Informa): Há 21 anos nossa entidade publica - com o esforço e o voluntarismo de coordenadores e ativistas - o seu informativo. Agora, o ADUR Informa ganha ares de novidade nas ruas e corredores da Rural. O jornal, com novo projeto editorial produzido por uma equipe de jornalismo, já está nas mãos da categoria e esperamos que agrade. Em breve, realizaremos evento em comemoração à reestruturação da comunicação da ADUR e contamos com você.

Novo contrato da Unimed

Conforme já divulgamos em boletins anteriores, as novas adesões ao plano da Unimed só poderão ser efetuadas através de um novo contrato, a ser assinado pela diretoria da ADUR. No dia 17 de agosto do corrente, representantes da ADUR e da Unimed se reuniram para discutir a nova proposta de contrato. Ainda que seja um contrato padrão da empresa, a diretoria da ADUR solicitou duas mudanças: a inclusão de acidentes de trabalho na cobertura do plano de saúde, excluído no contrato proposto e a redução do tamanho do grupo de 50 para 30 adesões para que não haja a carência de 24 meses nos casos de doenças preexistentes. No momento, a diretoria aguarda a posição da empresa em relação a essas demandas, para que tome novas providências.

Correção

Erramos na edição de nº 11, página quatro do **Adur Informa**, na matéria "Professor da Rural recebe Ordem do Mérito Científico". Raimundo Braz Filho é professor titular de Química Orgânica e não de Química Inorgânica, como foi informado.

Pedimos desculpas ao professor Braz e a seus colegas do Instituto de Ciências Exatas, tendo a certeza de que tal erro jamais ofuscará seus méritos e a justa homenagem da Associação dos Docentes da Rural e de seus colegas.

Desincompatibilização de diretores da Adur

Nídia Majerowicz, Ricardo Berbara e Valdomiro Neves Lima estão se desincompatibilizando da diretoria da Adur, por estarem engajados na campanha eleitoral de um dos candidatos à reitor da Rural.

Por entender que não é uma situação confortável aos referidos diretores, o acúmulo de tal atividade com o mandato sindical, é que a diretoria resolveu liberá-los do exercício de seus mandatos.

Página 3

Emprego Público: fim do RJU nas IFES

A última versão do anteprojeto de lei sobre Emprego Público já circula nas IFES. O documento é composto por impropriedades técnicas que não deixam dúvidas quanto aos princípios básicos que o orientam.

A quebra da isonomia salarial nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), assim como no conjunto do serviço público, tem sido tentada por sucessivas investidas do governo, desde 1988, com vários graus de sucesso.

Após a Emenda Constitucional nº 19 - Reforma do Estado - a trajetória rumo à privatização e à segmentação do trabalho nas instituições federais ganhou intensidade. Um de seus principais instrumentos é justamente o Emprego Público, que pode abrir, definitivamente, as portas para a aplicação da CLT a inúmeras atividades na esfera estatal.

Os principais instrumentos normativos em vigor, são a própria Emenda e a Lei 9962/2000, que estabelece parâmetros gerais para a regulamentação dos novos empregos, cuja efetiva criação passa a depender de legislação específica. Essa é a razão de ser do anteprojeto atualmente em elaboração.

Quadro em extinção

Numa primeira análise do Andes-Sindicato Nacional, alguns pontos merecem atenção. Em seus aspectos essenciais, o texto não destoia do movimento global de destruição da esfera pública que vem sendo imposto ao país, com o qual mantém visíveis conexões.

A ameaça que mais preocupa está contida no Artigo 51. Com ressalva não suficientemente definida, ficam extintos os cargos de provimento efetivo que se encontrarem vagos na data da publicação da Lei. Ao mesmo tempo, ficam proibidos os provimentos dos que venham a vagar, a partir dessa data. Explicita-se assim, no âmbito das IFES, o que a Lei 9962, de abrangência mais ampla, deixa omissa: a pretensão que o Regime Jurídico Único (RJU) entre os docentes e demais servidores passe a reger um quadro em extinção.

Estigmatizar para aviltar

Em inúmeros textos do governo, justificando a Reforma Administrativa, a substituição de servidores por empregados nas áreas da Educação e da Saúde é considerada fundamental. Por detrás das razões teóricas que fundamentam essa mudança, há motivações muito práticas, que raramente são explicitadas, mas que têm a ver com a necessidade de fazer caixa para prioridades questionáveis do governo. "Em especial, o direito à aposentadoria integral, apresentado como privilégio odioso, tem sido um dos alvos mais visados. Ocorre que, para baixar esses custos, há apenas um caminho: o aviltamento generalizado das remunerações dos que se mantiverem no regime estatutário", segundo a análise do Andes-SN.

Tática habilidosa

O anteprojeto parece mais isonômico do que algumas propostas anteriores. Não contempla, por exemplo, a idéia de carreiras diferenciadas por universidades, cuja rejeição generalizada, pelo movimento, contribuiu para jogar por terra o discurso do governo sobre autonomia. Para o Sindicato Nacional, "isso, porém, não oferece nenhuma segurança. Pode apenas significar que a estratégia atual esteja sendo mais hábil.

Busca-se estabelecer, de início, uma dualidade de regulamentação do trabalho, que em futuro próximo poderia, com facilidade, transformar-se num sistema normativo altamente fracionado". De qualquer modo, permanecem as discriminações tradicionais, sobretudo em relação aos professores de 1º e 2º graus.

Disposição para enfrentar

Para o Andes-SN, "é imperioso que, diante dessa ameaça, cuja gravidade não pode ser desconsiderada, o movimento docente mostre disposição de enfrentamento, ciente de que não há negociação possível, pois a disputa envolve projetos totalmente antagônicos", uma vez que não será um confronto fácil.

Outra questão é que, talvez, "mais do que em ocasiões anteriores, haja problemas no relacionamento com a Andifes: reitores governistas provavelmente ficarão maravilhados diante da oportunidade de solução rápida e clientelista para os problemas de escassez de pessoal", avalia o documento, mas "há base para um certo otimismo: por exigência constitucional, a criação dos empregos públicos deverá ser feita através de Lei e não de Medida Provisória, num momento em que a popularidade governamental está em queda livre", ampliando-se, assim, as perspectivas de interferência do movimento docente sobre o processo legislativo, conclui o Sindicato.

Fotolegenda 1: Rebaixamento de nível, falta de estímulo, instabilidade e perda de vínculo são algumas questões que estão embutidas no projeto do MEC, com a criação do novo método de contratação.

Fotolegenda 2 (contendo 4 fotos de um professor, duas estudantes de pós e uma funcionária):

"Na verdade já está acontecendo a destruição da carreira docente. Você não se sente mais vinculado à universidade, não estreita mais laços com a universidade." Silas Varela, professor de Química Orgânica, há 24 anos na Rural.

"A pesquisa precisa de dedicação. Que estímulo pode ter um professor que a qualquer momento pode perder o vínculo? Pode significar um retrocesso na pesquisa." Janaina Marques Rodrigues, 23 anos, estudante de pós-graduação.

"Um absurdo. Vai cair o nível. Não vai ter mais estímulo. Quem entrar já sabe que vai ficar ao sabor do vento, sem estabilidade". Áurea de Almeida Tatagiba, operadora de Ressonância Magnética, há 28 anos na UFRRJ.

"Instabilidade. É o que vai trazer para as pessoas a perda da estabilidade. E afeta a produção. Com certeza pode prejudicar o ensino e a pesquisa". Tânia Maria Sarmento da Silva, 29 anos, pós-graduanda em Química Orgânica.

Página 4

Mobilizar

Essa foi a palavra chave que deu partida a uma iniciativa bem sucedida na greve. Com o propósito de atrair estudantes e abrir com eles um debate sobre a universidade e a necessidade do movimento, o Comando Local sugeriu que professores organizassem debates e palestras. Foram realizadas várias reuniões dos fóruns de debates sobre licenciaturas, com participação de professores do Instituto de Educação e da coordenação de cursos, além de um curso de Extensão que chamou atenção e foi muito bem recebido, mobilizando a garotada.

O professor de Química Inorgânica do ICE, Geovan da Silva Souza, 46 anos, 21 dos quais na UFRRJ, organizou o curso "Análise da água", de 28 de junho a 13 de julho, com carga horária de 16 horas e enfoque na preocupação com poluição e contaminação. Nas aulas, integrantes do Comando Local informavam aos alunos sobre o movimento.

Como foi uma atividade de greve, o diploma foi emitido em conjunto com a ADUR para 54 alunos. Eles tanto gostaram da iniciativa que pediram que o curso fosse oferecido todo semestre. "Foi uma forma de conscientizar os estudantes da necessidade de sua participação na greve", explica o professor, contente com o resultado. Juntos, docentes e estudantes, chegaram a organizar um "Universidade na Praça". Tudo estava pronto, mas com o fim da greve a mostra não foi adiante. A iniciativa, porém, pode dar frutos. Geovan acredita que, até mesmo no âmbito da própria Universidade, pode atrair, para um curso de extensão como esse, a participação da comunidade de Seropédica.

Geovan, nascido na Rural (seu avô foi mestre de obras do pavilhão central e seus pais os primeiros moradores), onde estudou até se formar em Engenharia Química, tem a universidade como a sua casa. "A greve - que deve contar com a participação incondicional dos alunos - é importante como forma de luta em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade", finaliza Geovan, demonstrando que luta por ela.

Fotolegenda - Geovan: curso mobilizou estudantes

De olho na Mídia

Código da Alta Administração: rompante de boa conduta

O fato mais importante da semana, segundo a caixa de ressonância do pensamento único, a Mídia, não passa de factóide.

Semana passada, o que ganhou destaque na Mídia foi a edição, por FHC, do Código de Conduta da Alta Administração Federal (CCAF), que estabelece normas para os servidores públicos.

A manchete de capa de O Globo do dia 22, "Governo impõe nova conduta a servidores", acompanhada do soutien (reforço à manchete) "FH anuncia também proposta que reformula o Tribunal de Contas da União", dão conta do marketing político e do "cordão de isolamento" que é feito para FHC, conformando um grande esquema de proteção organizado por "cardeais" da política nacional - capitaneados por ACM - e por detentores de empresas de comunicação de massa - representados pelas Organizações Globo.

Como pode um governo tão ímprobo e corrupto vir a público falar em Código de Conduta? Será que o discurso de que quer os servidores longe do dinheiro público, não passa apenas de um engodo para dissimular sua política de extinção do RJU e a sua vontade de contratação fisiológica? São perguntas, entre tantas outras, que podem ser feitas, cujas respostas não permitam que o espetáculo mediatizado seja consumado no imaginário social e que desmascarem a farsa da ação dos escudeiros de FHC, assim como as "verdades absolutas" e o pensamento único e hegemônico, reproduzidos e amplificados pela Mídia.

Na verdade, a criação do tal Código, não passa de um factóide para amenizar, junto a opinião pública, o desgaste que FHC vem sofrendo por conta dos vários escândalos a que seu governo está envolvido e que tem como emblema, o envolvimento de seu ex-secretário, Eduardo Jorge, no superfaturamento e desvio de verbas da construção do prédio do TRT de São Paulo. Além disso, é uma tática para que Fernando Henrique saia da defensiva e parta para o ataque contra o bode expiatório de seu governo, os servidores públicos.

Qual rombo da Previdência?

Paulo César de Souza, presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social denuncia, em ótimo artigo no jornal Tribuna da Imprensa, de 22 e 23/7, o quão falacioso é o discurso do governo e dos ventríloquos de plantão na mídia brasileira.

Segundo Paulo, o Jornal Folha de São Paulo, em 13 de março deste ano, voltou a veicular a informação onde, conforme dados do Ipea, instituto de pesquisa ligado ao Ministério do Planejamento, o chamado "rombo da Previdência" fez rolar 1% do PIB pela sarjeta. Uma bagatela de R\$ 10 bilhões. E disse mais: que para 2015 e 2030 a projeção elevava as perdas para 2% e 3%, respectivamente. Trágico, mas não suficiente.

Uma revista, também de grande circulação nacional, no mesmo período, produziu um texto sob encomenda, transformando o intolerável rombo de R\$ 10 bilhões em R\$ 54 bilhões. Em um passe de mágica, "por absoluta incapacidade de tratar do assunto com a devida seriedade, o rombo foi superdimensionado". Mais uma mentira para desmoralizar a previdência pública; "para que seja privatizada o mais depressa possível", sentencia Souza.

Ele, no entanto, compara o rombo de R\$ 54 bi - escândalo fabricado pela mídia - com outros escândalos reais que não vêm merecendo igual atenção de alguns editores, chefes de redação e outros jornalistas-de-recado. Compara, por exemplo: 1) com o rombo de R\$ 800 bilhões das sonegações de impostos, admitidos pela Receita Federal; 2) com o rombo de

R\$ 600 bilhões da dívida interna, que cresceu dez vezes entre 94 e 99; 3) com o rombo de R\$ 110 bi do Proer para salvar banco falido; 4) com o rombo de R\$ 105 bi do próprio INSS; 5) com o rombo de R\$ 90 bi dados para cobrir as maracutaias e privatização dos bancos públicos; 6) com o rombo de R\$ 56 bi do Banespa e da Nossa Caixa, entre outros rombos menores.

O rombo da sonegação, segundo Paulo, daria para pagar 186 milhões de aposentadorias e pensões do INSS por 14 anos. O da dívida interna pagaria, por 30 anos, os atuais 12 milhões de aposentados e pensionistas que recebem R\$ 151. O rombo do Proer, mais modesto, só daria para pagar 750 milhões de benefícios de 1 salário mínimo. A sonegação ao INSS, caso não ocorresse, pagaria duas folhas do mesmo.

A conclusão de Paulo César é que dizer que o rombo da Previdência atrapalha as contas públicas é, no mínimo, "zombar da capacidade de entendimento das pessoas". Entende-se, cada vez mais, que privatizar as universidades e demais instituições de ensino públicos é condição para essa turma seguir tentando fazer do país um quintal de farras inesgotáveis.

ADUR INFORMA

ANO 21 - Nº 13 - 4 A10/9 - 2000

PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO
DOS DOCENTES
DA UFRRJ - SEÇÃO
SINDICALDO ANDES-SN

ELEIÇÕES: NOVAS FRENTES DE BATALHA

O CAMINHO PARA REAFIRMAR A DEMOCRACIA

FOTOS: LENIN PIRES

A comunidade da UFRRJ estará envolvida em dois processos eleitorais nas próximas semanas. Nos municípios, professores, estudantes e servidores, apesar das dificuldades em uniformizar debates e opiniões no interior de nossa universidade, considerando-se as diferentes origens municipais, precisam estar atentos. É recomendável evitar, tanto quanto possível, a reprodução em nossas cidades da política excludente orientada pelo FMI e implementada à risca pelo governo federal. Na Rural, porém, a comunidade poderá estar unida para garantir a escolha de um reitor que defenda a autonomia e o caráter público da Universidade.



Classificar todo e qualquer processo eleitoral como um corolário de promessas e compromissos que jamais deixarão o plano das intenções. Esta tem sido, em abordagem simplista, uma síntese popular dos processos eleitorais nos últimos anos. É incontestável que o instituto das eleições não vive seu melhor momento no imaginário social; expressão da crise secular da representação política, sobretudo a parlamentar. Mas também é evidente que esta definição interessa a grupos políticos obscurantistas, que navegam com mais desenvoltura neste mar de desânimo e desinteresse.

Compartilhar dessa opinião, por mais cômodo que seja, não nos parece um caminho adequado a percorrer. Correríamos o risco de banalizar um instituto absolutamente progressista da vida em sociedade: a eleição de representantes políticos como exercício da soberania popular, seja na sociedade em geral, seja na Universidade.

Os professores da UFRRJ e o con-

junto de nossa comunidade estarão envolvidos nas próximas semanas, de uma maneira ou de outra, em dois processos de escolha de representação. Nos municípios, onde escolherão prefeitos e vereadores, e na Rural, onde a comunidade escolherá o reitor para os próximos quatro anos.

Nos municípios, o desafio será escolher, junto com diferentes estratos da população, representantes que se comprometam com a segurança, a educação e a saúde públicas, concorrendo para uma melhor qualidade de vida nas localidades. Tudo isso resguardando o necessário comportamento ético para o exercício do poder.

Nestes processos, porém, a comunidade da Rural estará dividida por razões objetivas. Professores, servidores e estudantes são oriundos não apenas de Seropédica, município onde está situada a Rural, mas também do Rio de Janeiro, entre outros municípios. Assim, as eleições municipais acaba por guardar uma certa distância da vida no cam-



pus, não permitindo uma uniformização dos debates e de opiniões, a não ser com relação aos partidos políticos representados nos pleitos, o que por si só já me-

rece atenção, para que não se reproduza nos municípios a política privatista e excludente orientada pelo Palácio do Planalto. (Continua na página 2)

currança

ELEIÇÕES: PARTICIPAR PARA DEFENDER A UNIVERSIDADE PÚBLICA

FOTO: LENIN PIRES



Em nossa universidade, porém, esta mesma comunidade deverá escolher, em consulta, o futuro reitor. Em nossa opinião, será necessário unirmo-nos e reafirmarmos, em primeiro lugar, que o processo se dê nos marcos da Universidade. A participação massiva no processo pode impedir que ingerências externas maculem o processo democrático que já é nossa tradição. Da mesma forma, todas as candidaturas, devem, em primeiro lugar, comprometer-se com este princípio. O Conselho Universitário, ao elaborar a lista tripartite a ser enviada ao MEC, deverá apontar como o primeiro nome da lista aquela liderança que traduza o esforço da comunidade em seguir unida, condição fundamental para o funcionamento equilibrado, sob vários aspectos, de nossa instituição.

Um outro desafio será definir, ao analisarmos o programa dos candidatos, qual deles reafirma a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como fundamentos de uma universidade comprometida com o desenvolvimento do país, sua soberania, em benefício da maioria da população. Não é segredo que este modelo de universidade, defendido pelo Movimento Docen-

te está cada dia mais distante, a julgar pelas orientações do governo federal, mero plágio dos interesses do Banco Mundial.

Reconhecemos que a definição da representação política é um expediente complexo. Não só agora, mas em todos os momentos na história da humanidade. O debate de idéias, visando a superação de conflitos e a acomodação de interesses; a sistematização de prioridades; a composição de lideranças e, por fim, a definição do representante simbólico desta composição (cabeça), não é tarefa fácil. Mas não é estatuto da política a simplicidade. O envolvimento da maioria nos processos políticos, justamente daqueles que serão governados, pode ampliar o espectro dos interesses e fazer com que valores não materiais concorram para a definição de propósitos. Envolvimento, porém, não significa apenas votar. Significa participar de cada momento da política, dos debates, da leitura atenta das plataformas dos candidatos. Defender a participação política de todos os agentes envolvidos com a viabilização da sociedade ou da instituição; eis o que a direção da ADUR apresenta para iniciar os trabalhos neste mês de setembro.

AGENDA ANDES

- 2 a 7/9 - PLEBISCITO DA DÍVIDA EXTERNA E GRITO DOS EXCLUÍDOS
- 10/9 - MARCHA DAS MARGARIDAS (MULHERES TRABALHADORAS RURAIS, DF)
- 11 e 12/9 - ENCONTRO NACIONAL SOBRE ASSUNTOS DE APOSENTADORIA DOS SPF, DF
- 13/9 - ATO NACIONAL DOS SPF, DF
- 15 a 16/9 - REUNIÃO DO FÓRUM NACIONAL EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA, DF

MEMÓRIA ADUR

COLABORAÇÃO DA PROF. ANA LÚCIA V. DE S.C. OLIVEIRA (ICHS)

No período de redemocratização existiam, em algumas universidades, associações de caráter recreativo, assistencial e cultural. Pela primeira vez, porém, os professores discutiam a organização de uma associação com caráter sindical, a exemplo de outras categorias de trabalhadores. Em fevereiro de 1979, no I Encontro Nacional de Associações Docentes (ENAD), em São Paulo, havia consenso sobre temas como a defesa do ensino público e gratuito, mas não sobre o caráter sindical da entidade. Para o professor Antônio

Constantino dos Santos, na discussão sobre a legalização da ADUR "(...) um grupo achava que deveríamos lutar pela inserção da entidade na instituição, fazer parte do Conselho Universitário etc. O grupo mais forte na ADUR, que reunia mais gente, achava que a entidade deveria ter uma estrutura autônoma, independente. Esse grupo sempre achou que ela seria mais isenta, independente da estrutura administrativa. Isto daria a ela um trânsito mais livre, até para mobilizar os professores. E essa foi a linha que prevaleceu até hoje".

FOTO: ARQUIVO ADUR



Reunião da ADUR no Jardim do PI, no início de sua constituição

ENCONTRO NACIONAL DISCUTE GID E EMPREGO PÚBLICO

Dias 25 e 26 de agosto, aconteceu em Brasília, a reunião unificada dos Grupos de Trabalho de Carreira e Política Educacional. No dia 27 foi a vez do Encontro Nacional "O Desmonte da Educação Básica das IFES". Na pauta dos eventos, Gratificação de Incentivo à Docência e Anteprojeto de Lei de Emprego Público: implicações nas IES públicas.

Entre as propostas apresentadas está a mobilização da base para o enfrentamento com ações locais, o repúdio à regulamentação da GID e a luta pela incorporação da GED em seus valores máximos nas Carreiras do Magistério Superior e de 1º e 2º graus.

Desmonte - No encontro "O desmonte da educação básica das IFES:

emprego público e GID", o presidente do ANDES-SN, Roberto Leher identificou que todas essas medidas aparentemente fragmentárias têm a mesma direção: o aligeiramento, a desqualificação e a exclusão. Propôs-se ações em várias frentes, como o Congresso Nacional, com outros setores da educação e dos SPF. Assim como ações de esclarecimento e divulgação das concepções do ANDES.

Representaram a ADUR-RJ, os professores do CTUR Eliane Mendonça dos Santos e Frederico José Falcão. Elaine informou que a entidade está reativando o GT-Carreira. No próximo número do ADUR Informa estaremos detalhando as importantes discussões travadas nas plenárias das federais.

ADUR INFORMA

Comissão ADUR
Abr p/ discussão
Data das eleições

At política universitária
então no 1º volume para a UF RJ, mas,

PLEBISCITO NACIONAL - DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2000

69,4% DO DINHEIRO DO PAÍS PELO RALO

FACE AO PLEBISCITO SOBRE A DÍVIDA EXTERNA, APROVEITAMOS A OPORTUNIDADE PARA MOSTRAR A SINOPSE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, ELABORADA PELA CONSULTORIA DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. OS DADOS SÃO ESTARRECEDORES: 69,4% DE TODAS AS DESPESAS REALIZADAS DESTINARAM-SE, NO PRIMEIRO SEMESTRE DESSE ANO, AO PAGAMENTO DE JUROS E AMORTIZAÇÃO DAS DÍVIDAS INTERNA E EXTERNA. EM REAIS ISTO SIGNIFICOU R\$ 222,4 BILHÕES CONTRA R\$ 12,5 GASTOS EM ADMINISTRAÇÃO E PROGRAMAS SOCIAIS (VER DADOS ABAIXO).

O PLEBISCITO DA DÍVIDA EXTERNA ESTÁ AI PARA QUE SEJA DADO UM BASTA NESTA ESQUIZOFRENIA ECONÔMICA. DIGA NÃO, DE 2 A 7 DE SETEMBRO.

PARA ENTENDER MELHOR SOBRE O ASSUNTO, VISITE O SÍTI O NACIONAL DO PLEBISCITO: WWW.JUBILEU2000.HPG.COM.BR



DÍVIDA QUE AMEAÇA A VIDA DO POVO

Em 1994, devíamos 148 bilhões de dólares. Nos últimos quatro anos, pagamos 126 bilhões de dólares - 226 bilhões e 800 mil reais. Assim mesmo ela não parou de crescer. Devemos, hoje, 235 bilhões de dólares.

Isso se deve ao fato de que os empréstimos foram feitos para pagar os custos da dívida, sem entrar nada para investimentos. Além disso, o país importou mais do que exportou, ficando com déficit. A desvalorização do real fez toda a dívida em dólar disparar: precisa-se o dobro de reais para pagar o que devemos. Com isso, cada vez mais se ligam a dívida externa e a interna. Em 1999, 64% dos recursos do Orçamento Federal foram destinados à amortização da dívida externa e interna e ao pagamento de juros e encargos destas dívidas. Estava

previsto o gasto de 90 bilhões de reais para pagar parcelas e juros das dívidas, mas a desvalorização do real deve levar este gasto para mais de 120 bilhões de reais.

Não tenha dúvida. Cada dólar pago por causa desta dívida aumenta a dívida social. Significa diminuição de seu salário, maior desemprego, castigo aos aposentados, abandono dos povos indígenas, desinteresse pela reforma agrária e pela sorte dos produtores familiares, descuido das cidades, das estradas, das águas, das florestas, abandono da população do Semi-árido, das crianças, do povo da rua, dos idosos, dos doentes, da educação... E significa também maior fragilidade na defesa do que é nosso, favorecendo privatizações, a preços generosos, verdadeiras doações.

POR QUE UM PLEBISCITO NACIONAL ?

Vamos propor ao Congresso Nacional que convoque um Plebiscito sobre a questão da dívida externa e interna. Mas, como normalmente nossos governantes não costumam nem gostam de consultar o povo, o Plebiscito Nacional de setembro será uma consulta aos cidadãos organizada por pessoas e entidades da sociedade civil. Este Plebiscito?

- é legal, pois os cidadãos são livres para organizar este tipo de consulta;

- é legítimo, pois a questão da dívida externa está carregada de ilegalidades e injustiças, e pesa demais na vida do povo;

- seu poder é moral. Não obriga o Estado e o governo a seguirem as decisões votadas, mas

põe em julgamento ético e político o Estado e o governo.

- tem grande poder de pressão e democratiza o nosso país.

AULA PÚBLICA SOBRE A DÍVIDA

O Comitê Estadual da Marcha Mundial de Mulheres/RJ promoverá uma Aula Pública sobre a Dívida Externa, dia 5, na Praça XV, Centro do Rio de Janeiro, das 12 às 18 horas. No local haverá uma urna para a votação do Plebiscito da Dívida Externa.

OBJETIVOS DO PLEBISCITO

O Plebiscito Nacional tem como objetivo geral consultar a todos os cidadãos brasileiros adultos para que votem e manifestem sua opinião em relação à situação da dívida externa e interna do Brasil.

Para isso, propõe:

- levar o debate à opinião pública e às bases, possibilitando informações e esclarecimentos

para que a população tome consciência de que a dívida externa e interna é uma das principais causas do apro-

fundamento das dívidas sociais e ecológicas;

- colocar este tema na pauta das mobilizações populares e questionar, a partir da prática, o modelo econômico neoliberal adotado no Brasil, lutando pela recuperação da soberania nacional;

- o somar forças para exigir uma Auditoria Pública da dívida externa e interna, a suspensão do pagamento da dívida externa e a adoção de controles sobre a política de endividamento.

O QUE É A DÍVIDA EXTERNA ?

É todo dinheiro que foi tomado por empréstimo fora do país, em troca de juros e com garantia de pagamento no final de um prazo definido. Em nosso caso, isso foi feito por governantes eleitos, por ditadores, por empresas estatais, nacionais e estrangeiras. Devia

servir para buscar o desenvolvimento econômico e social. Mas sabe-se que houve muitos desvios e negociatas, e dívidas de empresas foram passadas à responsabilidade pública ou têm aval do Banco Central, que se obriga a enviar o pagamento em dólar.

SINOPSE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE JANEIRO A JUNHO/2000

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados
Amortização da dívida Interna e Externa: 200,1 bilhões (63,4%)
Benefícios Previdenciários (aposentadorias/pensões INSS): 29,2 bilhões (9,3%)
Pessoal e encargos sociais: 28,1 bilhões (8,9%)
Transferências Constitucionais a estados e municípios: 22,4 bilhões (7,1%)
Juros e encargos da dívida (interna e externa): 18,9 bilhões (6%)
Outras Despesas Correntes (administração e programas sociais): 2,5 bilhões (4%)
Inversões Financeiras: 3,7 bilhões (1,1%)
Investimentos: 0,6 bilhão (0,2%)
Totais - 315,5 bilhões - 100 %

ANTÔNIO CONSTANTINO DE CAMPOS

"UM FILHO, UMA ÁRVORE E UM LIVRO"

Professor de Fisiologia Vegetal, do Departamento de Ciências Fisiológicas do Instituto de Biologia da Rural, aposentado, Antônio Constantino de Campos, hoje é professor da Universidade do Norte Fluminense (UNF), também na área de fisiologia vegetal. Quando contatado pela reportagem do Adur Informa, por telefone, deixou transparecer uma certa alegria e satisfação. Não que isso seja inusitado - o mestre já está acostumado com os assédios e homenagens -, mas pelo que deu pra percebermos quando citamos o nome da Adur.

Não seria exagero afirmar que ele nos receberia com um brilho diferente nos olhos e com efusiva recepção, caso nossa entrevista fosse frente-a-frente. Constantino é nada mais, nada menos do que um dos fundadores da Adur e foi, por duas vezes, tesoureiro da entidade em suas duas primeiras gestões, ainda nos "anos de chumbo", nos quais o Brasil esteve imerso. Ele foi um daqueles que, assim como os primeiros cristãos que se reuniam nas catacumbas, fazia reuniões numa igreja, junto com os demais pioneiros da Adur.

Ensino e realidade

Hoje, com 57 anos, ainda ministrando aulas e desenvolvendo pesquisas, Antônio Constantino dana a falar quando instigado a avaliar a universidade e a academia. Começa dizendo que "o professor de uma instituição pública tem que ir além do ensino técnico e científico esté-

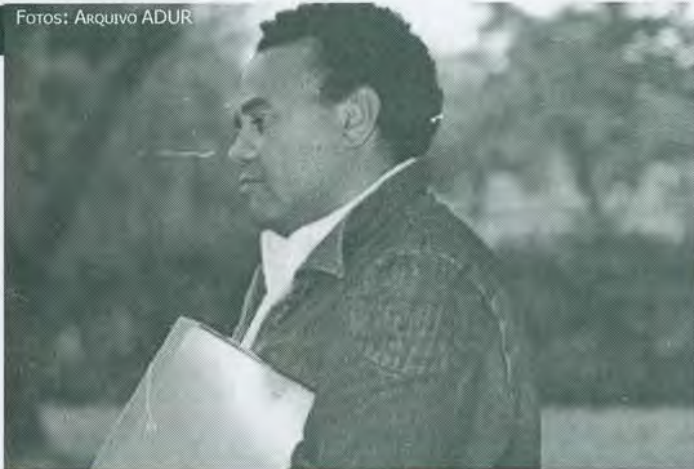
ril. Tem que ensinar fazendo relação com os problemas sociais", já que vive e trabalha num complexo social injusto, afirmando que a universidade deve "usar o seu potencial para ajudar o povo na busca da superação de seus problemas".

Constantino de Campos vai mais longe quando lembra que a maioria dos professores de sua geração tem uma dívida para com a sociedade, já que eles "sempre estudaram em escolas públicas, desde o ensino fundamental até a pós-graduação". Usa como exemplo a atitude da empresa privada que investe na formação de seu quadro e cobra o retorno em seu benefício. O professor justifica, assim, a postura de interação, em sua opinião, que deveria ser adotada pelos docentes, e pela instituição pública, diante da realidade social adversa que assola o povo brasileiro, esclarecendo que relatórios do próprio Banco Mundial dão conta de que o Brasil é um dos recordistas em pobreza, miséria e analfabetismo, por exemplo.

Universidade militante

"A universidade não precisa ser militante ou panfletária para que tenha essa face social", afirma Antônio Constantino. Em sua avaliação, ela só precisa - até mesmo dentro do conceito da "pesquisa de fronteira" - buscar maneiras de colocar sua produção em pesquisa e tecnologia, além do ensino, a serviço do bem-estar social. Antônio ilustra essa questão com um aspecto de sua

FOTOS: ARQUIVO ADUR



O professor Constantino, acima e na foto ao lado, o primeiro da esquerda para a direita em reunião nos primeiros anos da entidade.

área de conhecimento: o fato de que temos aproximadamente 3 mil espécies vegetais que podem ser utilizadas pelo homem, sendo que dessas, usa-se apenas cerca de 15 que, na maioria, são exóticas e não nativas do Brasil. Isso, além do imaginário social e do aspecto cultural, pela falta - não se tem notícia - de pesquisas direcionadas para a potencialização de recursos alimentares alternativos.

Outra questão levantada por Constantino é a do meio ambiente que é "agredido, em todos os sentidos, pela atividade humana" sem que a comunidade científica, com raras exceções, "saia de seu cantinho" e encarre de frente essa situação. "O Brasil é rico intelectual e tecnologicamente e pode resolver todas as questões que o afligem e que precisem da ação de seus produtores de ciência e tec-



nologia", conclui o professor.

Provérbio chinês

Voltando à questão do movimento docente na Rural, Antônio lança mão de um velho provérbio chinês para qualificar o seu sentimento: "na vida tem-se que ter um filho, plantar uma árvore e escrever um livro", ou seja, "a Adur e o movimento são para mim o filho que preparei para a vida; a árvore que plantei e reguei e que deu frutos e o livro que escrevi e onde está contida a história desse cotidiano".

DE OLHO NA MÍDIA: "ORÇAMENTO NÃO PREVÊ REAJUSTE PARA SERVIDOR"

Essa é uma das notícias veiculadas em alguns jornais do Rio, domingo, 27 de agosto, dando conta de que no Orçamento da União para 2001, enviado pelo governo ao Congresso Nacional, não prevê aumento salarial para o funcionalismo público. Há previsão apenas para reajustes restritos a determinadas carreiras, mediante gratificações.

Os servidores federais amargarão mais um ano (o sétimo consecutivo) sem reajuste e, para um assessor do Alvorada, se fosse o caso de

haver alguma reposição, o governo teria que "arranjar uma fonte de recursos".

Resta, porém, a concessão de gratificações setorializadas, que não serão estendidas aos aposentados (em torno de 500 mil), mas que já beneficiam cerca de 250 mil funcionários. Também ficam de fora os outros 250 mil servidores.

Para reajustar salários, é difícil arranjar uma fonte de recursos. Para pagar os 222,4 bilhões de Reais das dívidas Interna e Externa, é fácil. O bolso do contribuinte que o diga.

ENQUANTO ISSO...

- ☐ O BNDES DESTINOU R\$ 6 BILHÕES NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS PARA SOCORRER 40 EMPRESAS PRIVATIZADAS.
- ☐ JUSTAMENTE AS QUE MAIS METEM A MÃO NAS TARIFAS COBRADAS À POPULAÇÃO, COMO TELEMAR, EMBRATEL, LIGHT, CERJ, ENTRE OUTRAS.
- ☐ PRIVATIZARAM AS EMPRESAS OU O GOVERNO?

EXPEDIENTE - ADUR Informa - publicação semanal da Associação dos Docentes da UFRJ - Rodovia BR 465, Km 7 (KM 47 da antiga Rio-São Paulo) - Campus da UFRJ - Seropédica - RJ - Caixa Postal 74.537 - CEP 23.851-970. **Telefax:** 682-1379. **E-mail:** adur@terra.com.br. **Conselho Editorial:** Marcus Peixoto, Luis Mauro e Francisco de Assis da Silva. **Jornalistas Responsáveis:** Regina Rocha (Reg. 16269/MTb) e Fortunato Mauro (Reg. 20732/MTb). **Editoração Eletrônica:** Regina Rocha. **Fotos:** Lenin Pires. **Impressão:** Tipológica. **Tiragem:** 1.500 exemplares. **As matérias não assinadas são de responsabilidade do Conselho Editorial.**

Textos para o Adur Informa nº 13

Orçamento não prevê reajuste para servidor

Essa é uma das notícias veiculadas em alguns jornais do Rio, domingo, 27 de agosto, dando conta de que no Orçamento da União para 2001 - que o governo enviou para o Congresso Nacional - não prevê aumento salarial para o funcionalismo público. Há previsão apenas para reajustes restritos a determinadas carreiras, mediante gratificações.

Os servidores federais amargarão mais um ano (o sétimo consecutivo) sem reajuste e, para um assessor do Alvorada, se fosse o caso de haver alguma reposição, o governo teria que "arranjar uma fonte de recursos". Resta, porém, a concessão de gratificações setorializadas, que não serão estendidas aos aposentados (em torno de 500 mil), mas que beneficiam cerca de 250 mil funcionários. Também ficam de fora outros 250 mil servidores.

Para reajustar salários é difícil arranjar uma "fonte de recursos", para pagar os 222,4 bilhões de Reais das dívidas Interna e Externa, é fácil. O bolso do contribuinte que o diga.

Crimes inafiançáveis contra a natureza?

Teatro grego? Obra shakespeariana? Dramalhão ou gincana global? Não.

Tragédia de costumes com epílogos diferentes – realidade brasileira!

Primeiro Ato: José Zeferino da Silva, o Zeca dos Passarinhos, brasileiro, casado, desempregado. Detido por fiscais do Ibama, espancado e engaiolado por tentar vender um casal de pardais numa feira em Duque de Caxias. Crime contra a natureza. Inafiançável.

Zeca foi visto numa cela infecta e degradante de delegacia, "comendo o pão que o diabo amassou".

Segundo Ato: José da Silva, descascador de árvore, brasileiro, casado, desempregado. Detido pela polícia e engaiolado por descascar árvores para fazer um chá para sua esposa. Crime contra a natureza. Inafiançável.

Zé da Silva foi visto numa cela infecta e promíscua de delegacia, "comendo o pão que o diabo amassou".

Terceiro Ato: Henri Philippe Reichstul. De origem estrangeira. Presidente da Petrobrás. Responsável pelo derramamento de 1,29 milhão de litros de petróleo da Refinaria de Duque de Caxias que poluíram a Baía de Guanabara, Rio de Janeiro, em 18/01/00. Responsável pelo rompimento da vedação de uma monoboia que espalhou 18 mil litros de óleo perto da praia de Tramandaí/RS, em 11/03/00 e, mais recentemente, responsável pelo vazamento de mais de 4 milhões de litros da Refinaria Getúlio Vargas, em Araucária/PR, manchando em mais de 20 quilômetros os rios Barigüi e Iguaçu, matando milhares de peixes e pássaros. Crime contra a natureza. Inafiançável. Encontra-se em liberdade e é visto, com frequência, jantando num restaurante *chic* do Rio de Janeiro.

Ficção de um certo país continental? Não. Mas bem que poderia ser.

Antônio Constantino de Campos

“Um filho, uma árvore e um livro”

Professor de Fisiologia Vegetal, do Departamento de Ciências Fisiológicas do Instituto de Biologia da Rural, aposentado, Antônio Constantino de Campos, hoje é professor da Universidade do Norte Fluminense (UNF), também na área de fisiologia vegetal. Quando contatado pela reportagem do Adur Informa, por telefone, deixou transparecer uma certa alegria e satisfação. Não que isso seja inusitado - o mestre já está acostumado com os assédios e homenagens -, mas pelo que deu pra percebermos quando citamos a sigla da Adur.

Não seria exagero afirmar que ele nos receberia com um brilho diferente nos olhos e com efusiva recepção, caso nossa entrevista fosse frente-a-frente. Constantino é nada mais, nada menos do que um dos fundadores da Adur e foi, por duas vezes, tesoureiro da entidade em suas duas primeiras gestões, ainda nos “anos de chumbo”, nos quais o Brasil esteve imerso. Ele foi um daqueles que, assim como os primeiros cristãos que se reuniam nas catacumbas, fazia reuniões numa igreja, junto com os demais pioneiros da Adur.

Hoje, com 57 anos, ainda ministrando aulas e desenvolvendo pesquisas, Antônio Constantino dana a falar quando instigado a avaliar a universidade e a academia. Começa dizendo que “o professor de uma instituição pública tem que ir além do ensino técnico e científico estéril. Tem que ensinar fazendo relação com os problemas sociais”, já que vive e trabalha num complexo social injusto, afirmando que a universidade deve “usar o seu potencial para ajudar o povo na busca da superação de seus problemas”.

Constantino de Campos vai mais longe quando lembra que a maioria dos professores de sua geração tem uma dívida para com a sociedade, já que eles “sempre estudaram em escolas públicas, desde o ensino fundamental até a pós-graduação”. Usa como exemplo a atitude da empresa privada que investe na formação de seu quadro e cobra o retorno em seu benefício. O professor justifica, assim, a postura de interação, em sua opinião, que deveria ser adotada pelos docentes, e pela instituição pública, diante da realidade social adversa que assola o povo brasileiro, esclarecendo que relatórios do próprio Banco Mundial dão conta de que o Brasil é um dos recordistas em pobreza, miséria e analfabetismo, por exemplo.

“A universidade não precisa ser militante ou panfletária para que tenha essa face social”, afirma Antônio Constantino. Em sua avaliação, ela só precisa - até mesmo dentro do conceito da “pesquisa de fronteira” - buscar maneiras de colocar sua produção em pesquisa e tecnologia, além do ensino, a serviço do bem-estar social. Antônio ilustra essa questão com um aspecto de sua área de conhecimento: o fato de que temos aproximadamente 3 mil espécies vegetais que podem ser utilizadas pelo homem, sendo que dessas, usa-se apenas cerca de 15 que, na maioria, são exóticas e não nativas do Brasil. Isso, além do imaginário social e do aspecto cultural, pela falta - não se tem notícia - de pesquisas direcionadas para a potencialização de recursos alimentares alternativos.

Outra questão levantada por Constantino é a do meio ambiente que é “agredido, em todos os sentidos, pela atividade humana” sem que a comunidade científica, com raras exceções, “saia de seu cantinho” e encare de frente essa situação. “O Brasil é rico intelectual e tecnologicamente e pode resolver todas as questões que o afligem e que precisem da ação de seus produtores de ciência e tecnologia”, conclui o professor.

Voltando à questão do movimento docente na Rural, Antônio lança mão de um velho provérbio chinês para qualificar o seu sentimento: “na vida tem-se que ter um filho, plantar uma árvore e escrever um livro”, ou seja, “a Adur e o movimento são para mim o filho que

preparei para vida; a árvore que plantei e reguei e que deu frutos e o livro que escrevi e onde está contido a história desse cotidiano”.

69,4% das despesas do país vão pelo ralo

Face ao Plebiscito sobre a Dívida Externa, aproveitamos a oportunidade para mostrar uma pequena parte da Sinopse da Execução Orçamentaria, elaborada pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados.

Os dados são estarrecedores: 69,4% de todas as despesas realizadas destinaram-se, no primeiro semestre desse ano, ao pagamento de juros e amortização das dívidas Interna e Externa. Em Reais isto significou R\$ 222,4 bilhões contra R\$ 12,5 gastos em administração e programas sociais (ver dados abaixo).

O Plebiscito da Dívida Externa está aí para que seja dado um basta nessa esquizofrenia econômica. Diga NÃO, de 2 à 7 de setembro.

Para entender melhor sobre o assunto, consulte

<http://www.camara.gov.br/Indice.asp?Endereco=Intranet/Orcamet/Orca.htm> ou visite o site nacional do Plebiscito: www.jubileu2000.hpg.com.br

Tabela com (ou sem) gráfico

Sinopse da Execução Orçamentária

Agosto de 2000

ANO II - Nº 2 - 2000

Câmara dos Deputados – DILEG

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira COFF/CD

Janeiro a Junho de 2000

Amortização da dívida Interna e Externa - 200,1 bilhões - 63,4%	
Benefícios Previdenciários (aposentadorias/pensões INSS) - 29,2 bilhões - 9,3 %	
Pessoal e encargos sociais - 28,1 bilhões - 8,9%	
Transferências Constitucionais a estados e municípios - 22,4 bilhões - 7,1%	
Juros e encargos da dívida (interna e externa) - 18,9 bilhões - 6,0%	
Outras Despesas Correntes (administração e programas sociais) - 2,5 bilhões - 4,0%	
Inversões Financeiras - 3,7 bilhões - 1,1%	
Investimentos - 0,6 bilhão - 0,2%	
Totais - 315,5 bilhões - 100 %	

Principais Gastos em "Outras Despesas Correntes" por Programas

Em R\$ milhões

Programa/Subfunção - Jan/Jun.1999 - Jan/Jun.2000 - Variação % 00/99

Previdência - 29.965,4 - 29.935,0 - 0,1%

Saúde + Saneamento - 6.372,0 - 7.219,5 - 13,3%

Ensino Fundamental + Merenda - * 3.313,3 - 3.663,3 - 10,6%

Proteção ao Trabalhador - 2.679,0 - 2.673,1 - 0,2%

Assistência Social - 1.360,6 - 1.890,6 - 38,9%

Ensino Superior - 457,4 - 363,9 - 20,4%

Abastecimento - 158,8 - 411,3 - 78,3%

Administração Financeira + Administração de Receitas 344,0 - 74,7 - 78,3%

Defesa (Marinha, Exército e Aeronáutica) - 325,6 - 116,7 - 64,2%

Ciência e Tecnologia - 185,2 - 264,0 - 42,5%

Rec. Hídricos + Irrigação - 159,7 - 14,3 - 91,0%

Ensino Médio + Professores + Pré-Escola - 148,5 - 128,6 - 13,4%

Transportes (vários) - 91,1 - 42,9 - 52,9%

* Não computadas as transferências a estados e municípios relativas ao Salário Educação.

Aula pública sobre a Dívida Externa

No Rio, na semana do plebiscito, O Comitê Estadual da Marcha Mundial de Mulheres promoverá Aula Pública sobre a Dívida Externa, dia 05 de setembro, na Praça XV, Centro do Rio de Janeiro, das 12 às 18 horas. No local haverá uma urna para a votação do Plebiscito da Dívida Externa.